

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de junho de 2022 - Ata n.º 51.

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **51.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 50, de 1.^º de junho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto ao 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Senhor Presidente, por economia processual, vou fazer a leitura do

Ofício que veio da Justiça Eleitoral e os demais faço depois, antes do horário das Lideranças, se V.Ex.^a me autorizar. **Ofício n.º 180/2022** do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, de ordem do Ex.^{mo} Sr. Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, através da Portaria n.^º 085/2022-TER-PR, nos autos do PJe Apuração de Eleição n.^º 0603491-83.2018.6.16.0000, em que é interessado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, cumpre-se comunicar a Vossa Excelência que, nos termos da respeitável decisão doc PAD n.^º 258639/2022, procedeu-se ao restabelecimento da validade dos votos do candidato Fernando Destito Francischini, retornando os requerentes Fernando Destito Francischini, Emerson Gielinski Bacil, Paulo Rogerio do Carmo e Cassiano Caron Sobral de Jesus ao status de eleitos, bem como tornando à condição de suplentes os candidatos Adelino Ribeiro Silva, Nereu Alves Moura, Elio Lino Rusch e Pedro Paulo Bazana, em razão da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Medida Cautelar na Tutela Provisória Antecedente n.^º 39, a qual deferiu, em parte, o pedido formulado, suspendendo com eficácia ex nunc os efeitos do acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, provendo o RO-AIJE 0603975-98.2018.6.16.0000, com a consequente restauração da validade dos mandatos dos requerentes e das prerrogativas de sua bancada no contexto da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, preservando-se as situações jurídicas consolidadas e a validade de todos os atos praticados pelos parlamentares diplomados ante a retotalização dos votos realizada.

Senhor Presidente, os demais ofícios lerei na sequência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): De posse da decisão do Ministro Kássio Nunes, encaminhada na última sexta-feira a esta Presidência e confirmada pelo Presidente do TRE do Estado do Paraná, hoje pela manhã foram empossados, reempossados o Deputado Francischini, Deputado Cassiano Caron e Deputado Emerson Bacil, deixando apenas de tomar posse o Deputado Do Carmo, por decisão pessoal, entendendo que deveria aguardar possível decisão que possa acontecer no dia de amanhã ou posteriormente, mas cumpre a esta Presidência tomar a decisão e respeitar a decisão jurídica acontecida em Brasília,

já que não havia outro caminho a não ser tomar esta decisão por cumprimento da lei. Na Sessão de hoje teremos aqui dois momentos: um solicitado pelo Deputado Tadeu e pela Deputada Luciana Rafagnin, que é destinado a ouvir a Sr.^a Daiana Machado, integrante da Coordenação Estadual do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, que discorrerá sobre a situação dos atingidos por barragens no Estado do Paraná; e no outro momento o Deputado Michele Caputo também vai ouvir a Sr.^a Mouseline Torquato Domingos, Coordenadora do Laboratório de Serviço de Referência em Triagem Neonatal do Paraná, na Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, que falará sobre o *Dia Nacional da Triagem Neonatal*, comemorado nesta data, anualmente. Na sequência, teremos a Menção Honrosa ao atleta Vinícius Augusto Cabral, heptacampeão brasileiro e atual recordista brasileiro dos 100 e 200 metros rasos de Atletismo Petra. Essa é uma modalidade paraolímpica de atletismo criada na Dinamarca em 1989, que chegou ao Brasil em 2019. O atleta utilizou a “bicicleta de três rodas”, um guidão para direcionar, um suporte para o tronco, um banco para o assento, faixas e não tem pedal anexado. Essa Menção foi solicitada pelo Deputado Bazana e será entregue pelo Deputado Romanelli. Registro também a presença na Casa da Sr.^a Maristela Costa Leite, Coordenadora Estadual do Mabe; da Sr.^a Claudiane Pichs, Diretora Executiva da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional; do Sr. Alberto Chaim Leite, Presidente do Rotary Clube Curitiba, Bom Retiro; da Sr.^a Linda Franco, representante da Instituição Família Aldo Brasil; da Sr.^a Fernanda Correio, representante do Instituto Fernando, da AME, Atrofia Muscular Espinal; da Sr.^a Luz Maria, representante do Instituto Buko Kaesemeyer, da Síndrome do X Frágil; e dos convidados aqui presentes nas tribunas de honra, bem como do Dr. Rafael Moura, Promotor de Justiça do CAOP, Direitos Humanos; da Sr.^a Izabela Madruga da Cunha, Assessora Jurídica CAOP, Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Paraná; do Sr. Mateus Mafra, Assessor do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do nosso Estado do Paraná. Ainda registro a presença dos acadêmicos do Curso de Direito da Faculdade Isepe/Guaratuba, acompanhados pela Coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade, Solange Miró Sprung, e pelos Professores Rodrigo

Riquelmi e Alcenir da Costa Neto. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa.
Deputado Tadeu, *pela ordem?*

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri e Sr.^a Daiana Machado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, só para fazer uma saudação. Queremos aqui cumprimentar a Maristela e a Daiana, que vão fazer aqui uma fala nesse período em que estamos fazendo o levantamento das populações atingidas por barragem no Paraná e este é um trabalho feito por três Comissões diferentes: pela Comissão de Direitos Humanos à qual presido, pelo Bloco da Agricultura Familiar, que é presidida pela Deputada Luciana Rafagnin que, gentilmente, cedeu o horário para que fizesse a saudação, e pela Comissão de Meio Ambiente, que o Presidente é o Deputado Goura, que está adentrando ao Plenário. E as duas mulheres que aqui estão são coordenadoras e irão falar, Sr. Presidente, o senhor que é da região sudoeste também, sobre toda a situação que estamos vivendo e que estão vivendo os atingidos por barragem ao longo dos anos. Essa publicação está sendo feita com as três Comissões juntas e, por objetivo fazer com que tenhamos condições de minimizar aquilo que acompanhamos, que o senhor acompanhou no Baixo Iguaçu, a mais recente das grandes usinas do Paraná, mas também das pequenas Centrais Hidrelétricas que muitas vezes trazem impacto muito grande e fazem com que tenhamos no Paraná e, claro, por que não dizer no Brasil também, muitas pessoas atingidas. Então, quero cumprimentar aqui a Maristela e a Daiana, agradecer pela presença, agradecer ao Deputado Goura e agradecer à Deputada Luciana pela gentileza de me ceder o horário para fazer a saudação, até porque, comentei com ela, que como mulher ela deveria fazer a saudação, mas ela entendeu que poderíamos fazê-lo e ela usaria o Pequeno Expediente. Obrigado, Sr. Presidente, obrigado Luciana, Goura e obrigada Maristela e Daiane por estarem aqui e poderem usar a tribuna para fazerem as referências desta publicação que estamos fazendo. É importante ressaltar, Sr. Presidente, que temos feito por essas três Comissões uma série de publicações que levam o nome da Assembleia Legislativa e isso me

parece extremamente positivo em um momento de tanta dificuldade no âmbito da política. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, então, a Sr.^a Daiana Machado. Também registro a presença da Diretoria da APP, que se faz presente aqui no Plenário.

SR.^A DAIANA MACHADO: Boa tarde a todos. Boa tarde a todas. Cumprimento o Presidente desta Sessão Plenária, Deputado Traiano, ao cumprimentar a Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Tadeu Veneri e o Deputado Goura, cumprimento todos e todas as Deputadas presentes. Cumprimento também o representante do Centro de Apoio às Promotorias do Ministério Público do Estado do Paraná de Direitos Humanos, o Promotor Dr. Rafael Moura e também a Assessora do CAOP de Meio Ambiente, Izabela Cunha. Cumprimento, ainda, o representante da Defensoria do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania, Mateus Mafra. Cumprimento especial à representação do Atingidos e Atingidas que se encontram acompanhando esse lançamento, nas galerias e nas redes sociais. E aos pesquisadores e pesquisadoras da UFPR que também se fazem presentes. Hoje as populações atingidas por barragens do Paraná ocupam esse espaço do Grande Expediente para realizar o lançamento institucional da Cartilha sobre o Direito dos Atingidos e das Atingidas no Estado. Um importante material didático, educativo para toda a nossa sociedade paranaense que permite que conheçamos nossa realidade e a nossa história, que, por muitas vezes, é silenciada ou invisibilizada. A Cartilha com o título: “Populações atingidas por barragens no Paraná, como e por que lutamos por direitos?” é resultado da articulação da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, do Bloco da Agricultura Familiar, da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção dos Animais, assim como dos mandatos parlamentares que presidem essas Comissões. Teve também a contribuição do CAOP de Direitos Humanos, CAOP de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública e do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. Preocupados com o expressivo número de barragens que segue sendo liberado no nosso Estado, sem a devida

observação dos direitos das comunidades que são atingidas, essa articulação realizou diversas reuniões, debates e levantamentos sobre a situação dos direitos das populações atingidas. Após esses levantamentos iniciais, ainda contamos com a contribuição de pesquisadores que, a partir da educação popular, buscam dialogar com esse material com toda a sociedade. E, hoje, após o lançamento desta Cartilha que vocês podem ver aí no telão, ela estará disponível para *download* nas redes sociais do MAB, dos mandatos, e também em breve em versão impressa. O Paraná se destaca entre os principais produtores de energia hidrelétrica do País, com mais de uma centena de barragens funcionando. E como de conhecimento de todos e todas as Deputadas presentes, vivenciamos um crescimento acelerado das liberações de construção de novas pequenas centrais hidrelétricas. Destacamos, aqui, que só no ano de 2020 houve autorização de 22 novas obras por esta Casa Legislativa. Acontece que independentemente do tamanho dessas obras, elas causam impactos sociais e ambientais. E os efeitos das barragens são muito profundos, como o alagamento de áreas produtivas; a desestruturação de laços familiares e comunitários, religiosos, culturais; a perda do trabalho, a perda da renda, da moradia; a criação de riscos para as comunidades que permanecem a jusante dessas obras, após o início do seu funcionamento, que seguem sendo atingidas pelas enchentes e pela constante preocupação, com a possibilidade de rompimentos. E tudo isso acontece sem a devida reparação por esses danos que são causados. Sem acesso à informação e sem a proteção normativa, essas populações contam com organização popular para o reconhecimento de seus direitos. Com essa Cartilha, esperamos que um processo educativo sobre essa realidade seja intensificado. Ao fazermos o lançamento neste espaço tão importante para a Casa Legislativa, gostaríamos de chamar a atenção de todos os Deputados e Deputadas para este tema que é tão caro às populações atingidas: os seus direitos. Falamos de direitos à possibilidade de reprodução da vida, de trabalho, de direito ao meio ambiente saudável e à saúde, que são violentamente interrompidos com os processos de construção e operação das barragens, que desconsideram atingidos e atingidas. Falamos de populações que não contam com a proteção efetiva do Estado. Não há no Paraná

qualquer normativa, legislação que defina ou proteja o direito das populações atingidas pela construção, operação ou rompimento de barragens. É urgente e necessário que o Estado do Paraná, com toda a referência em produção de energia hidrelétrica, volte, mesmo com atraso, o seu olhar para essa realidade, especialmente aos impactos causados na sociedade e na natureza, reparando e prevenindo a sistemática violação de direitos humanos que ocorre nesse contexto. Assim como nos Estados de Minas Gerais e do Maranhão, e outros que já apresentaram projetos de PEAB, Política Estadual de Direito das Populações Atingidas por Barragens, entendemos que esta Casa Legislativa precisa se dedicar à elaboração de uma Lei. E nossa experiência histórica de organização popular, e como indicamos neste material que está sendo lançado, é fundamental que uma lei para proteção dos atingidos por barragens preveja padrões mínimos de obrigações às empresas e ao poder público; garantia de processos coletivos de negociação; garantia de acesso à informação, à participação, à consulta dos povos e comunidades tradicionais. Preveja o acompanhamento e a fiscalização pelo Ministério Público e as Defensorias Públicas; prioridade na realocação das famílias atingidas em assentamentos coletivos; a garantia de acompanhamento e assessorias técnicas; criação de um fundo voltado à garantia dos direitos dos atingidos e atingidas; previsão de planos regionais de desenvolvimento para os municípios atingidos; e a atenção prioritária para mulheres, idosos e crianças. Acreditamos que, com a ampla participação das organizações populares dos atingidos por barragens da universidade, temos as condições necessárias para criação de uma política estadual de direitos, assim como é fundamental que os Parlamentares Estaduais manifestem seu apoio ao PL 2.788, de 2019, que tramita no Senado Federal e busca instituir a Política Nacional de Direito das Populações Atingidas, avançando dessa forma em marcos normativos sobre o tema em nível nacional e estadual. Ontem, 5 de junho, foi comemorado o *Dia Mundial do Meio Ambiente*, que nos provoca refletir sobre os rumos que a nossa sociedade e o nosso Estado têm caminhado no uso de nossas bases naturais. E é nessa perspectiva que hoje falamos dos impactos dos represamentos dos nossos rios, dos impactos causados na população atingida e na natureza. Indicamos que há,

sim, possibilidade de tecermos outra realidade para o nosso Estado, uma realidade que respeite os direitos humanos e as formas de conviver com o meio ambiente, e assim construamos um Paraná que respeite a natureza e as gentes. O MAB reafirma seu compromisso e a sua disposição para a construção de uma Política Estadual de Direito das Populações Atingidas por Barragens. Por fim, agradecemos imensamente a atenção dos Parlamentares que contribuíram para a construção deste material e a todos aqueles que sempre têm suas portas abertas para ouvir os atingidos e atingidas, assim como os Centros de Apoio às Promotorias e ao Núcleo de Direitos Humanos, que contribuíram com este material. Nós, atingidos e atingidas, reafirmamos que água e energia não são mercadorias. Obrigada! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Concedo agora, então, a palavra ao Deputado Michele, para que possa fazer a saudação aos seus convidados. Ao final, faremos a entrega das menções honrosas e as fotos com todos os nossos convidados.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Michele Caputo e a Sr.^a Mouseline Torquato Domingos.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, Deputadas e Deputados, e a todos que nos assistem. Hoje, Presidente, é o *Dia Nacional da Triagem Neonatal*. É extremamente importante fazer a triagem. Tem doenças que podem ser detectadas, de caráter enzimático, metabólico, genético, endócrino, e para isso é importantíssimo ampliarmos o teste do pezinho. O que estamos propondo hoje, a Dr.^a Mouseline vai fazer a fala. E quero aqui, Presidente, além das pessoas que estão presentes aqui na frente, que serão citadas pelo Cerimonial, também estão na galeria a Vanessa Nunes, a Ieda Bussmann, a Patricia Krebs, o Eli Bosso, a Verônica Stasiak, a Mariana, a Rejane Barragan, o Yuri Sica, a Dr.^a Caroline Magnabosco, a Cirlene Mesquita, a Vanessa Oliveira Pieroso e o Bernardo Carlini, que representam instituições de síndromes e doenças em que, se formos ampliar o teste do pezinho, Presidente, vai ser

apresentado aqui para que todos possam ver. Podemos chegar a ampliar até para 50 doenças. Hoje, trabalhamos com seis. Outros Estados já estão na frente, Minas, Distrito Federal, São Paulo, inclusive municípios, como a Prefeitura de São Paulo. Então, o que a Dr.^a Mouseline vai nos colocar, agora, é o que podemos ganhar em termos de detecção precoce e com isso, obviamente, salvar vidas, impactar na qualidade de vidas e, também, como queremos ajudar o Governo do Estado, a Secretaria de Estado da Saúde, colocamos R\$ 3 milhões no orçamento deste ano, que virou Lei neste, Presidente, para que seja ampliado o teste do pezinho. Então, todas as condições estão aí, mas já estamos com seis meses deste ano. Então, precisamos que a vida prevaleça. Precisamos dar condições técnicas de trabalho, porque competência a Fepe tem. Então, fica aqui, desde a época que fui Secretário de Estado, o meu respeito e a necessidade de avançarmos. A ampliação do Teste do Pezinho ela salva vidas. Não temos tempo a perder. E só, Presidente, as entidades trouxeram aqui esses pezinhos. Não sei por que o meu coube o verde. Talvez, porque ache a melhor cor do mundo, mas queria que todos levantassem, não é? Não temos tempo a perder. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, então, ouviremos a Dr.^a Mouseline.

DR.^A MOUSELINE TORQUATO DOMINGOS: Boa tarde a todos! Boa tarde, senhores! Cumprimento o Sr. Deputado Traiano, Presidente aqui desta Assembleia; cumprimento o Deputado Michele Caputo; cumprimento todos aqui presentes, pais, mães, avós, tios, que tem pessoas, que tem filhos, que sabem da importância que é a vida humana e quanto vale a vida humana. Esta pergunta, deixo para que vocês possam me ajudar a responder depois desta apresentação. Hoje se comemora, então, dia 6 de junho, em todo Brasil, o *Dia Nacional do Teste do Pezinho*. Um dia que faz a diferença para muitas famílias, porque as doenças estão acontecendo e o teste do pezinho é a única forma, não existe outra, ele é insubstituível, de fazer o diagnóstico dessas doenças, dessas enfermidades que têm tratamento, que têm cura. Não estou conseguindo avançar o *slide* aqui. Então... Deixa-me voltar. É importante saber que o nosso Estado já foi uma

referência nacional. Hoje, temos 2 mil e 500 pontos de coleta, entre hospitais públicos e privados. Já fizemos a triagem de mais de 5 milhões de recém-nascidos e já detectamos 2 mil e 683 bebês em que as famílias, para as famílias isso fez toda a diferença. São pessoas que estão no nosso meio, são pessoas produtivas. É importante salientar que são doenças que precisam ter o diagnóstico rápido. Não estou conseguindo. Estou me batendo um pouco aqui. Não sei para aonde que aponto aí o *slide*. Bom, todo mundo já ouviu falar do Teste do Pezinho, mas é importante salientar que o programa nacional de triagem neonatal, agora com a Lei Federal que altera o Estatuto da Criança, promove não só o diagnóstico, não só teste, que todo mundo pensa que não é um simples exame de laboratório. Não! Toda a cadeia de sistemas que vocês estão acompanhando, desde a busca ativa, exames confirmatórios, tratamento por equipes multidisciplinar, monitoramento dessas crianças e avaliação psicométrica. Então, tudo isso é garantido pelo SUS. Então, é muito importante o programa de triagem neonatal! Quando você tiver um filho, você vai entender qual é a importância disso, porque ele pode ter essa doença e ele pode ser curado, atendido e tratado por meio do SUS. E é por isso que estamos aqui lutando, porque, vejam bem, é uma corrida contra o tempo – uma criança diagnosticada com uma dessas doenças e as mais de 50 que vão ser incorporadas, ela precisa receber esse atendimento e tratamento o mais rápido possível, e esse tempo é preconizado por meio dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde. Então, olhem lá, com 10 dias de vida, a criança já tem que começar a tratar! É uma corrida contra o tempo, e fazemos isso com muita maestria. Quem é paranaense aqui deve bater no peito com orgulho de ser paranaense, porque já fomos referência nacional, é o único estado brasileiro que faz essa coleta na maternidade, pública ou privada, e que garante esse direito de vida dessa criança. Então, temos todas as condições para voltar a ser o estado de referência que já fomos. Aí estão as fases de ampliação, que passa para um painel de mais de 50 doenças agrupadas aí e temos total condições de fazer esse teste. E hoje, quando estava sentada ali, um Deputado passou pela minha frente, cumprimentou-se e me perguntou: *Mas, por que isso não é feito?* Por quê? Por que só estamos fazendo 6, triando 6 doenças? Por que não estamos já avançados

nesse painel aí de 50 doenças? Olhem só, o Distrito Federal, há mais de 10 anos, já faz a triagem dessas 50 doenças; o município de São Paulo, no ano passado, começou a fazer essa triagem ampliada, apoiado pelo município e pelo Governo do Estado; o Paraná começou uma iniciativa no ano de 2018 e parou em março de 2021; Minas Gerais começou este ano e estamos aqui esperando regulamentação, sendo que já começamos a fazer essa triagem mas paramos em março de 2021. Enquanto estamos parados aqui, tem crianças nascendo com essas doenças, tem crianças morrendo, tem famílias deixando de trabalhar para cuidar de seus filhos. Isso é só um resumo, não vou me ater a isso porque não tenho muito tempo, mas o que quero salientar é que por mês duas ou três famílias, duas ou três são afetadas, duas ou três crianças estão indo a óbito por falta de tratamento, por falta de diagnóstico precoce, por essa paralisação que tivemos no nosso projeto, que foi pioneiro aqui no Brasil. Então, precisamos urgentemente trazer esta qualidade de vida para essas famílias, porque elas dependem daqui, desta Casa de Leis, onde você modifica as nossas vidas, a vida de todos os paranaenses. Dependemos de vocês, para que vocês possam fazer isso acontecer, para que isso possa ser continuado! Pois bem, por meio desse protocolo 710, que foi objeto de emenda do digníssimo Deputado Michele Caputo, foram disponibilizados à Secretaria de Estado da Saúde R\$ 3 milhões para que possamos fazer a ampliação do Teste do Pezinho. Aí vocês vão me dizer: *Com 3 milhões você consegue fazer toda a ampliação daquele painel?* Eu lhes digo: *Não, mas podemos salvar vidas.* Com esse 3 milhões conseguimos avançar pelo menos, no mínimo, 9 meses de triagem ampliada, no mínimo conseguimos salvar três crianças que estão morrendo exatamente agora porque não estão fazendo esse teste ampliado, porque ele está muito bonito no papel, mas na prática ele não funciona. Então, temos esse recurso e precisamos utilizar, porque é para isso que ele foi destinado, para que possamos salvar essas duas ou três famílias da deficiência e da morte subida. Nada é raro quando acontece na sua família, e aqui temos exemplos de mães que estão ali na tribuna, que estão aqui e que lutam pelos direitos de seus filhos. Importante que essas doenças que citei nos outros estados, que estão sendo diagnosticadas, as crianças vêm fazer o

tratamento aqui no Paraná – fazem o diagnóstico lá no estado de Minas, lá no município de São Paulo, no Distrito Federal e vêm buscar aqui no Paraná a cirurgia de transplante de medula, o tratamento especializado, enquanto assistimos, mas não fazemos a triagem, não fazemos o dever de casa, que é fazer a triagem aqui dos nossos bebês paranaenses. Agradeço a todas as mães e trago aqui fotos dessas mulheres lutadoras que sabem da importância da triagem neonatal, sabem da importância do Teste do Pezinho. E aí está um resumo dos princípios do SUS e saliento ali, em lilás, em referência ao Dia Nacional do Teste do Pezinho, que os princípios do SUS incluem a integralidade e para isso é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, prevenções de doenças e o tratamento e reabilitação, e o nosso Estado é excelência, já foi excelência e depende de vocês que possamos continuar sendo excelência e referência para todo este País. Muito obrigada, Deputado. Agradeço a todos. (Aplausos.)

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, só um minutinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Porque citei as entidades e os representantes que estão na tribuna, mas, além da Dr.^a Mouseline Torquato Domingos, que fez esta emocionante – e é necessário colocar coração com a Ciência –, tem também aqui à frente a Claudiene Pikes, que é Diretora-Executiva da Fundação Ecumênica Paraná, que faz os testes, a Linda Franco, que é representante da família ALD Brasil, a Fernanda Correia, que é representante da Atrofia Muscular Espinal, da AME, o Alberto Chain Leite, que é o representante do Rotary Curitiba – Bom Retiro, aqui agradeço ao Rotary, que no meu tempo de Secretário colaborou muito também com o transplante de órgãos, e a Luz Maria, que é representante do Instituto Buko Kaezemel, da Síndrome do X Frágil, que inclusive estive lá também me informando melhor sobre a luta. Então, Presidente, o dinheiro está aí e precisamos salvar vidas. E tem uma frase que eles colocaram

Iá que acho que a Mouseline, emocionada, não falou, que quem gosta, pega no pé, não é verdade? Quem ama, pega no pé das nossas crianças. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Romanelli, para que também faça uma saudação aos convidados do Deputado Bazana.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e demais convidados, gostaria aqui, em nome do nosso Deputado Pedro Bazana, que infelizmente, por conta da decisão do Supremo Tribunal Federal, não participa desta Sessão, enfim, respeitando a ordem judicial, mas ao mesmo tempo ele havia programado a presença aqui do nosso atleta paraolímpico, o Vinícius Augusto Cabral, que é heptacampeão brasileiro e atual recordista brasileiro nos 100 e 200 metros rasos de atletismo Petra. A Petra ou a *Racing Running* é uma modalidade paraolímpica de atletismo criada na Dinamarca em 1989 e chegou ao Brasil em 2009; o atleta utiliza uma bicicleta de três rodas, tem uma característica diferente, com um guidão para direcionar o suporte para o tronco e um banco para o assento, faixas, mas não tem pedal anexado. Então, a menção honrosa é em função de que, com todas as limitações físicas, o atleta Vinícius Augusto Cabral mantém ativo o seu pensamento forte, mostrando que é possível, sim, a pessoa com deficiência superar os obstáculos, que o mundo “dos normais” assim pretende. Então, é uma forma de a Assembleia Legislativa destacar, justamente, a sua personalidade, a sua atitude, a sua altivez, em relação a superar esses obstáculos. Por isso, a entrega dessa menção honrosa. Aliás, aqui, muitos, vi a doutora falando também sobre um tema tão relevante e importante, que tem tudo a ver com o que estamos tratando. Gostaria também, em nome do Deputado Bazana, não deixando de chamar a atenção, que é um Concurso Nacional de Cartão de Natal da Apae-Brasil, que também está aqui no nosso Centro Cultural. Convidamos todos

para que possam conhecer. Esse concurso estadual acontece no primeiro semestre deste ano e serão 30 finalistas. Obviamente, será escolhido o cartão de Natal que representará o Estado do Paraná no concurso nacional. Então, também estão todos convidados a participarem. Aqui, na tribuna de honra desta Casa está também o Sérgio Feldhaus, que é o coordenador do concurso. Então, convidamos todos do dia 6 a 15 de junho, aqui, no Espaço Cultural da Assembleia. O convite é do Deputado Bazana. Então, vamos fazer as entregas, merecidas homenagens a todos e todas que aqui vieram trazer temas tão relevantes e engrandecer o debate aqui nesta Casa de Leis. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão, então, por instantes para os registros fotográficos e a entrega de menções honrosas.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Reabrimos os nossos trabalhos. Passamos a palavra ao Deputado Romanelli, para continuar a leitura do Expediente.

SR. 1º. SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, muito rapidamente, até para cumprir o que prevê o nosso Regimento. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.) **Ofício n.º 1657/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 868/2022, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 1230/2022** do Ministério da Infraestrutura, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 731/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1658/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 3413/2020, do Deputado Douglas Fabrício; **Ofício n.º 1665/2022**

da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.^º 1362/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.^º 1660/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.^º 3295/2020, do Deputado Douglas Fabrício; **Ofício n.^º 1664/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.^º 997/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.^º 1661/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.^º 7032/2021, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.^º 1666/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.^º 1090/2022, dos Deputados Coronel Lee, Adelino Ribeiro e Marcio Pacheco; **Ofício n.^º 1667/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.^º 676/2022, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.^º 1663/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil ao Requerimento n.^º 1268/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.^º 1696/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.^º 1238/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.^º 1693/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Logística ao Requerimento n.^º 1452/2022, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.^º 261/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.^º 463/2020, sendo convertido na Lei n.^º 21.074; **Ofício n.^º 260/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei Complementar n.^º 10/2021, sendo convertido na Lei Complementar n.^º 247; **Ofício n.^º 225/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações referentes à liberação financeira do Convênio n.^º 919294/2021, celebrado entre a União e o município de Ubiratã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrarmos a presença nesta Casa do Prefeito de Salgado Filho, Sr. Volmar Duarte, da Primeira-Dama, Sr.^a Edna Riva Duarte, e do Vice-Prefeito, Sr. Nilmar Rech, com a atual Rainha da Festa do Vinho e do Queijo de Salgado Filho, Sr.^{ta} Loeli Bortolette. Solicitamos à

assessoria se puder conduzir os nossos convidados para as fotos. **Está suspensa a Sessão.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Reaberta a Sessão.

Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Emerson Bacil.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Emerson Bacil; Professor Lemos; Luciana Rafagnin; Goura; e Galo.

DEPUTADO EMERSON BACIL (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Explicando primeiramente o chapéu, orgulho ao trabalhador do nosso Estado do Paraná, à nossa agricultura, e deixo aqui esse chapéu em homenagem a todo o nosso Estado do Paraná que trabalha e que luta para ter um dia melhor. Retorno a esta Casa para trabalhar, Sr. Presidente, agradecendo a Deus, que nunca me abandonou, à minha família que segue comigo, aos meus amigos. E entrei pela porta da frente, pelo voto popular, pela soberania popular. Lamento ter parado o trabalho há sete meses, Cassiano. Com o cumprimento, assumimos hoje com o Deputado Do Carmo e o meu amigo Fernando Francischini. A injustiça, Deputado Francischini, que o senhor tem passado, e com efeito colateral tem atingido também o meu mandato. Não entrei pela Justiça, entrei pelo voto popular. Com respeito aos meus eleitores, pergunto à Justiça, com respeito à minha família, que quando você sai do mandato é porque cometeu algo errado, e não cometi. Minha filha de 13 anos e o meu filho ontem perguntaram para mim: *Pai, você está voltando por quê? Porque não deveria ter saído de lá.* E ontem mesmo ouço notícias de que amanhã tem mais um julgamento e que posso fazer o papel aqui da televisão um dia como Deputado. Não tem problema, estou aqui para honrar aquele que acreditou em mim. O pior é explicar para a minha filha que amanhã posso sair. *Pai, não estou entendendo, você saiu, você vai voltar, e agora?* Deixem-nos trabalhar. Foi quase três anos, Presidente, tenho história nesta Casa, tenho Projetos de Lei, tenho requerimentos. Nossa Líder, o

qual tenho orgulho aqui, Marcel Micheletto, parabéns. Não estou aqui para brincadeira, os meus eleitores não estão, ou não deixaram suas casas para depositar o voto em 2018 para brincar com o Paraná. Justiça fazendo injustiça? Sou formado em Direito, Doutor em Ciências Jurídicas, e preciso entender o que está acontecendo neste País. Tenho muitos projetos, tanto da erva-mate, em defesa do agricultor, em defesa do pequeno agricultor, do fumicultor, daquele que não tem energia elétrica, e tantos outros que estão parados nesta Casa. Volto aqui sem saber até quando, mas estou aqui e entrei pela porta da frente. Fernando Francischini tem o meu apoio, e temos que ter, sim, aplicar do modo correto, Cassiano, o princípio da soberania popular, que está em risco, porque são ao total quase 500 mil votos que estão em jogo nesta Casa de Leis. Aonde vamos parar com tudo isso? E espero que os próximos julgamentos, Romanelli, sejam jurídicos. Acredito na Justiça, senão não teria tirado o meu OAB como advogado. Acredito na Justiça. Se temos a separação de Poderes, que a Justiça faça a parte dela e que a política nós façamos. A política é com o Legislativo, com o Executivo. O Judiciário é para garantir o que está na lei, não para criar factoides e situações da maneira que convém... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Bacil, para concluir.

DEPUTADO EMERSON BACIL (UNIÃO): Vamos todos acreditar. Fernando Francischini, conte com o meu apoio, coragem para enfrentar o que você tem enfrentado. Sabemos que tem algo muito maior por trás de tudo isso que estamos passando. Não tenho processo, mas tive um efeito colateral, no qual sofro muito, os meus eleitores, a minha família e o Estado do Paraná sofre, porque um projeto que temos aqui e para de imediato, de uma hora para outra, e depois de sete meses retomamos, perdemos muito, o Paraná perde. Estou aqui, enquanto estiver, estarei honrando e defendendo os nossos paranaenses, com muita humildade e com muito trabalho. É por isso que aqui tiro o meu chapéu ao povo paranaense. Muito obrigado. É um compromisso que tenho com o trabalhador. E agora vamos tomar um mate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Cumprimentar os nossos estudantes que também nos visitam. Cumprimentar o Fórum dos Servidores aqui representado, ao cumprimentar a Professora Walkiria, Presidente da APP, estendo a todas as demais lideranças do Fórum dos Servidores aqui presentes na Sessão de hoje. Quero aqui, mais uma vez, dar voz aos servidores e às servidoras que aqui se encontram, que vêm reivindicar o pagamento da data-base, é 12,13%, que tem que ser paga a todos os servidores do Poder Executivo e dos demais Poderes. Mas o Poder Executivo é o Poder que não está tendo as reposições desde 2016. Há uma perda que passa de 36%. Significa trabalhar 12 meses e receber por oito meses. Trabalhar quatro meses de modo gratuito. Isso é um absurdo. Tudo subiu. Não subiram os salários. Estão cobertos de razão todos os servidores e servidoras que se levantam cobrando a data-base. E o Governo tem um prazo, no máximo até 4 de julho é o prazo para publicar uma lei de reposição salarial. Então, que o Governo mande o quanto antes para a Assembleia. Sei que os servidores estão mobilizados, estão aqui presentes. Vão fazer vigília. Amanhã vamos receber aqui representação dos servidores aposentados. Já recebi mensagens de aposentados, professoras, professores, funcionários de escola aposentados que estão vindo para Curitiba, também para reivindicar. Além da reposição salarial, os nossos aposentados querem a isenção do pagamento de previdência para o salário que vai até o teto do INSS. Por que razão os demais trabalhadores brasileiros são isentos e os servidores do Estado do Paraná aqui pagam aposentadoria, cujo salário é menor que o teto, que são R\$ 7 mil? Precisa também desta isenção. Cumprimentar os servidores e servidoras, dizer que estamos aqui à disposição. Que o Estado tem margem fiscal, tem margem financeira, tem todas as condições de pagar a data-base e tem condições de pagar aquilo que já está legislado, que é o 3,39%, que é lei e que essa parcela não foi paga. Não precisa nem de lei. É só pagar, porque a lei já foi aprovada. E o Governo pode e deve pagar e tem que retroagir ao início do ano. Então, parabéns

aos servidores que continuam combatendo o bom combate na defesa do serviço público, na defesa do interesse público, na defesa do nosso Estado. Quero aqui também, Sr. Presidente, falar de um Projeto importante que chegou semana passada, que é o 238 de 2022, que trata de construir um plano de carreira único para os servidores do IDR. São seis categorias diferentes incluídas nesse Projeto. É um Projeto importante, mas têm alguns pontos que precisam ser acolhidos pelo Governo. Estamos com representação dos servidores aqui e queremos que o Governo acolha essas sugestões, algumas vão suprimir, outras sugestões vão substituir e outras vão incluir no plano aquilo que é importante para os servidores do IDR. Então, quero também cumprimentá-los porque estão acompanhando também a Sessão de hoje. E, para finalizar, quero aqui cumprimentar os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, assentados e acampados do município de Quedas do Iguaçu que hoje se mobilizaram. Foram às ruas, foram à prefeitura, levaram a pauta de reivindicação ao Prefeito Municipal, tanto os agricultores assentados do Celso Furtado, que é o maior assentamento da reforma agrária do Brasil e da América Latina, também dos pré-assentamentos, tais como: Dom Tomás Bauduíno, Vilmar Bordin, Fernando de Lara, entre outros pré-assentamentos. Também as ligas camponesas, que também têm pré-assentamentos no município, estiveram presentes. Quero cumprimentar todos e todas que se mobilizaram... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Professor Lemos, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos e todas as lideranças que se mobilizaram no dia de hoje lá em Quedas do Iguaçu. Foram reivindicar legitimamente que tenham estradas, porque sem estrada é difícil para ir à escola, ir ao médico, para escoar a produção. Foram reivindicar também atendimento na área de saúde. Foram reivindicar atendimento melhor na área da educação. Parabéns à população que se organiza e que reivindica. E quero aqui fazer um apelo ao Governador do Estado do Paraná que

seja parceiro de Quedas, que envie recursos para que a prefeitura possa cuidar das estradas, cuidar de população de Quedas do Iguaçu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero, neste momento, também parabenizar, mais uma vez, o MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, do nosso Estado do Paraná. Cumprimentando a Daiana, uma das coordenadoras e que se encontra aqui acompanhando ainda esta Sessão e que muito bem explanou para nós a importância dessa cartilha que teve seu lançamento nesta tarde, ainda no sistema *on-line*. Mas é importante essa cartilha, porque o objetivo dela é justamente fazer com que todas as famílias do nosso Estado do Paraná que foram atingidas ou estão sendo atingidas pela construção de barragens que nenhuma tenha os seus direitos violados. É importante esse trabalho que o MAB faz. E esse movimento, o movimento MAB já está com 31 anos de existência. O movimento nacional está com 31 anos de existência. E no nosso Estado do Paraná tem feito um acompanhamento muito importante a todas as famílias que foram atingidas pela construção de usinas. Uma maneira especial falar aqui do Baixo Iguaçu, quando tivemos, aqui pelo Deputado Artagão, uma Audiência Pública, na Comissão de Fiscalização, onde tivemos a participação de mais de 40 famílias que ainda não foram indenizadas pela construção da Usina Baixo Iguaçu. Assim como essas famílias, também temos as famílias que foram indenizadas no Baixo Iguaçu, mas aquilo que chamamos que não é uma indenização correta como deveria ser. Ou de direito como deveria ser. Tivemos muitas famílias que foram indenizadas, mas não na forma correta, naquilo que eles tinham, naquilo que eles produziam e naquilo que eles têm hoje. Quando da construção da usina, o que se falava é que todas as famílias atingidas ficariam em situação bem melhor do que estavam. No entanto, em uma reunião que realizamos nessa semana também com famílias já indenizadas do Baixo Iguaçu, o que as famílias colocam é o contrário, Deputado Goura. Elas estão em uma situação bem mais difícil, até porque a indenização não

leva em consideração toda a produção que a família está tendo naquele momento e, sim, leva em consideração apenas o que ela tem, o que ela produz naquele momento. Mas, por exemplo, um pé de fruta, um pé de laranja que a família produz, que estava produzindo e que gerava uma renda para as famílias, esse pé de laranja que eles ainda terão que plantar agora novamente vai levar, no mínimo, de dois a três anos para produzir. Então, essas famílias precisam que quando dão a indenização, precisam que seja reconhecido também tudo aquilo que elas estão produzindo e quanto tempo ainda vai levar para que elas possam voltar a ter a mesma produção, a ter a mesma renda que elas tinham na sua propriedade. Sem levar em conta que quando são construídas as usinas, nunca se leva em consideração também a questão cultural, a questão sentimental, o lado familiar, toda a história de uma família. Então, o MAB acompanha tudo isso, faz esse acompanhamento às famílias aqui do nosso Estado do Paraná. Quero, então, parabenizar pelo lançamento dessa cartilha, que foi em conjunto também com o apoio do Bloco da Agricultura Familiar, da Comissão dos Direitos Humanos, pelo Deputado Tadeu, pelo Deputado Goura, a Comissão do Meio Ambiente e também a questão do Centro de Apoio às Promotorias, que envolve a questão dos direitos humanos e também do meio ambiente, e também do núcleo dos direitos humanos e defensoria do nosso Estado do Paraná. Então, é importante dizer dessa construção que foi feita, da forma como foi feita essa construção, somando aí várias entidades e organizações para que acontecesse essa cartilha e levasse essa formação então a todas as pessoas, todas as famílias atingidas pela construção de barragens no nosso Estado. Também reforçar aqui o que disse o Deputado Professor Lemos com relação aos trabalhadores de Quedas do Iguaçu, nossos agricultores e agricultoras, pessoas principalmente do acampamento que temos lá, Dom Tomás Balduíno, que são mais de 600 famílias só ali nesse acampamento. Famílias que estão trabalhando, famílias que estão produzindo, de maneira especial a produção orgânica, levando em consideração e a preservação também ambiental e a importância da questão da saúde e que precisam de um apoio. No dia de hoje foram até a Prefeitura Municipal e estão solicitando esse apoio na construção de estradas, por... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Rafagnin, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Essas 600 famílias que estão acampadas no Dom Tomás Balduíno são famílias que têm crianças, são mais de mil crianças que hoje frequentam escolas, têm um ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, e que se encontram sem condições, inclusive, de poder ir para a escola porque não tem estrada. É muito importante que o município realmente olhe com carinho porque essas famílias estão produzindo, essas famílias estão gerando renda e empregos no município de Quedas do Iguaçu e principalmente temos que dar condições, sim, e assegurar que essas crianças e adolescentes possam realmente ir para a escola, ter a garantia de que vão poder ir para a escola tendo acesso. Então hoje, neste momento, principalmente a reclamação das famílias é com relação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente Deputado Tercílio, minhas saudações a todos os Deputados, cidadãos paranaenses e servidores que acompanham a Sessão. Deputado Bacil, bom revê-lo, Deputados aqui que voltam à nossa Casa. Quero começar saudando também o Movimento dos Atingidos pelas Barragens. É muito importante o ato que hoje esta Casa acolhe com o lançamento da Cartilha. Quero em nome da Maristela, da Daiana, do Robson, parabenizar e reforçar o nosso compromisso, o compromisso do nosso mandato, da Comissão de Meio Ambiente, com essa luta por justiça social a todos aqueles que são atingidos por esses empreendimentos que muitas vezes são chamados de pequenas centrais, de pequenos empreendimentos, mas já falamos aqui

muitas vezes, Deputada Luciana, que os impactos são gigantescos. Os impactos sociais e os impactos ambientais. Senhoras e senhores, o grande Darcy Ribeiro, cujo centenário comemoramos este ano, já dizia: que a crise da educação no Brasil não é uma crise, ela é um projeto. E, infelizmente, os governos federal e estadual vêm se esforçando muito para que esse projeto seja exitoso. O projeto de desmonte da educação e da ciência no Brasil e no Paraná cada dia se torna mais claro. No final de maio, o Presidente Bolsonaro determinou o bloqueio de 3,23 bilhões do Ministério da Educação. Isso equivale a 14,5% de toda a verba de uso discricionário para este ano. Na última sexta-feira, porém, o Ministro da Educação disse que o corte não será mais de 3,2 bilhões e sim 1,6 bilhão, metade do anunciado anteriormente. O MEC decidiu repassar esse percentual, agora de 7,2%, de forma linear a todas as unidades e órgãos vinculados ao Ministério. Ou seja, bloquear 7,2% de cada universidade, instituto ou entidade ligada ao MEC. Já para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a previsão é de que o corte seja de R\$ 1,8 bilhão, sendo que parte desses recursos, segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, é verba carimbada do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que deveria, Deputado Caputo, ser usada, exclusivamente, para pesquisa científica e tecnológica brasileira. No momento em que o Estado, o País e o mundo tentam se reorganizar após uma pandemia, que além de ceifar mais de 6 milhões de vidas, desestabilizou a economia local, nacional e global, o Brasil mais uma vez desqualifica, sob o Governo Bolsonaro, duas das áreas que, com a saúde, mais contribuíram para que pudéssemos controlar a pandemia da Covid. É nesse cenário que a Universidade Federal do Paraná, com todo o esforço e dedicação, tenta manter os estudos e testes para o desenvolvimento de uma vacina contra a Covid. Uma vacina 100% nacional e com baixo custo de produção, pois não depende de nenhum insumo importado. Vale destacar que os experimentos começaram em 2020 no Centro Politécnico da Universidade Federal e os resultados são extremamente promissores. Os pesquisadores tiveram, Deputado Tercílio, 100% de aproveitamento em todas as etapas e os primeiros resultados mostraram que a vacina produz anticorpos protetores em laboratórios. Agora vão analisar a eficácia

desses anticorpos na proteção contra a doença em animais e, na sequência, em humanos, que deve acontecer depois da autorização da Anvisa. Mas para quem acha que o processo de desenvolvimento da vacina é lento ou que não passa de um golpe de *marketing*, é preciso esclarecer que o ritmo da UFPR é o mesmo da UFRJ, por exemplo. E esse ritmo é determinado justamente pelos recursos aplicados no projeto. Não existe Ciência sem investimento; a produção de uma vacina exige protocolos, bem como sabemos todos nós. Desmerecer a produção acadêmica e científica é um desserviço a toda a população. O desmonte da educação e a desqualificação da Ciência é parte deste projeto que querem implantar no Brasil, mas não iremos permitir. Por isso quero mais uma vez expressar todo o nosso apoio à educação e à Ciência e reconhecer, senhoras e senhores, o empenho do Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Doutor Ricardo Marcelo Fonseca, que não tem medido esforços para que essa vacina se torne realidade. Também aproveito para parabenizar toda a equipe envolvida... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, por favor, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. Em nome dos professores do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular, o Dr. Emanuel Maltempi de Souza e Marcelo Mueller dos Santos, e também o Professor do Departamento de Patologia Básica, Dr. Breno Castelo Branco Beirão. E parafraseando mais uma vez Darcy Ribeiro: urge preveni-los do muito que se poderia fazer com o apoio no saber científico e do descabro e pequenez do que se está fazendo. Agradeço, senhoras e senhores. E, Deputado Tercílio, também fazer um registro muito breve que hoje a Assembleia Legislativa se iluminará de laranja, pois estamos no *Dia Nacional de Luta Contra a Queimadura*, que se comemora no dia 6 de junho. Então, é um dia para chamarmos a atenção da população sobre queimaduras que ocorrem. Então, a Assembleia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ok. Próximo orador...

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): *Pela ordem, Dr. Batista.*

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Dr. Tercílio Turini, quero convidar todos os Deputados da Comissão de Saúde e todos os Deputados que quiserem participar da reunião, o Deputado Michele Caputo, Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Arilson Chiorato, Deputada Cristina Silvestri, Deputado Evandro Araújo, Deputado Marcio Pacheco e Deputado Ricardo Arruda. Amanhã às 9 horas, a Secretaria de Estado da Saúde estará prestando conta, com a presença do Secretário César Augusto e sua equipe da Secretaria. Apresentação do Relatório detalhado do quadrimestre anterior, primeiro quadrimestre de 2022 da Secretaria de Estado da Saúde, em cumprimento à Lei Complementar n.º 141/2012. Então, convido todos os Deputados, Sr. Presidente, convido a quem queira participar da reunião que também vai ser de maneira *on-line*. Está bem, Sr. Presidente? Vai ser mista. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, nosso querido Dr. Turini, demais membros, Bacil, alegra-me, e nosso querido Adriano, não sai do celular de tanto que ele trabalha. Deputadas e Deputados, neste momento quero usar a tribuna para dizer o seguinte: vou mexer com o *ferryboat* Guaratuba/Matinhos. O detalhe é o seguinte: o que é combinado, dizia minha velha avó, que o que é combinado não é caro. Senão vejamos. Quero cumprimentar primeiro o Governador do Estado, nosso querido Ratinho Junior. Parabéns, Governador! O senhor resolveu, com essa empresa internacional, o grande drama que tínhamos lá depois que a F. Andreis saiu. Agora sim, está funcionando que nem um reloginho. A fila dentro da normalidade, no prazo máximo de até 20 minutos. Está tudo certo. Todos estão respondendo positivo que isso funcionou. Porém, porém, tem um detalhe: quando saiu a F. Andreis, aí mudamos para os Mosqueteiros, aí passa agora para a

Internacional, nesse meio-tempo, os competentes funcionários são os mesmos. O capitão é o mesmo, o amarrador é o mesmo, os técnicos são os mesmos. Mas por que você está falando isso? Porque eles estão sem receber o acerto. Mas esse problema não é do Estado do Paraná. Esse problema não é do Governador, porque o Governador Ratinho Junior cumpriu aquilo que a empresa exigiu, inclusive para colocar o salário em dia. Mas acredito que o Governador Ex.^{mo} Ratinho Junior não sabe disso e estou passando para o nosso querido Líder Marcel Micheletto, para que possa fazer um levantamento, Marcel, a respeito desse assunto, que isso não pode ser imputado ao Governador. Está me cheirando à politicagem daquele esquema, sabe como que é, está chegando a hora: *Oh, o Governador não pagou.* Não, a empresa a ser questionada é a Internacional. Assumiu o bônus, mas e o ônus? Porque foi dado o dinheiro. É a informação que temos. Então, em nome dos funcionários que trabalham no *ferryboat*, aliás, que não para, é 24 horas. Aproximadamente, meu Líder, 100 famílias que estão caminhando para uma paralisação. Estou alertando, hein. O *ferryboat* vai parar. Paga ou então para. E é dentro da legalidade. É um direito deles. O Governador fez a parte dele, cumpriu certinho o que foi acertado, o que foi pedido. E aí senhores da empresa Internacional, que é uma gigante de uma empresa, é uma empresa boa, competente. Então, senhores da Internacional, paguem o acerto dos trabalhadores do *ferryboat* senão eles vão parar, mas não imputem ao Governo Ratinho Junior. Não é responsabilidade do Governo do Estado. É responsabilidade, repito, da empresa que é sucessora de todo aquele imbróglio. Agora, deu certo, é a empresa Internacional. Então, que venha o acerto dos trabalhadores do *ferryboat*. Estou falando aqui com a minha boca. Oh, tapando a minha boca: em nome dos trabalhadores do *ferryboat*, por favor, paguem. São famílias que precisam comer, Presidente Turini, e eles trabalham muito, com muita responsabilidade, trabalham muito bem, porque tem o capitão que toca lá o rebocador, tem aquele que vai lá em cima e desce, e amarra, faz, enfim, são funcionários competentes que há muito tempo estão lá e a responsabilidade é muito grande desses operadores, desses funcionários que trabalham com amor, com dedicação e com respeito aos usuários que atravessam

a nossa querida e vai lá Guaratuba, vem para cá para o lado de Matinhos, mas é Guaratuba também. O que importa é que está funcionando muito bem e os equipamentos que estão sendo usados são bons equipamentos. Esse apelo, Sr. Turini, para encerrar, é em nome dos funcionários do *ferryboat* que querem receber o acerto. Grato, Turini! Vida longa, meu querido Turini!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Delegado Francischini.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Delegado Francischini (UNIÃO); Marcio Nunes (PSD); Tadeu Veneri (PT); Ricardo Arruda (PL); Marcel Micheletto (Governo); e Deputado Arilson (Oposição).

DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI (UNIÃO): Presidente, em sua figura cumprimento todos os Deputados aqui presentes. Em nome da minha esposa, Flávia Francischini, que está aqui, cumprimento todas as pessoas que nos assistem hoje e que nos assistem também pelas redes sociais e pela TV Assembleia. Estou de volta hoje, Presidente, este ano completando 12 anos de Parlamento, oito como Deputado Federal e completaria este ano quatro como Deputado Estadual. São quase 33 anos, em 26 de março do ano que vem, no meu aniversário, de serviço público: 19 anos como Oficial do Exército a Oficial da Polícia Militar, concursos públicos, agente e delegado da Polícia Federal. Coordenei grandes operações que me levaram a mandatos, prisão do Juan Carlos Abadia, o colombiano, o Fernandinho Beira-Mar, operações nacionais e internacionais de combate ao tráfico internacional. E, no ano que vem, chego a uma posição triste: o que fazer com toda essa experiência? Esses anos todos, nenhuma ação criminal, nenhuma ação civil, nada, ficha limpíssima, nenhum *impeachment*, nenhuma ação de corrupção, nenhum desvio da Petrobras, nem pilhas de inquérito no Supremo Tribunal Federal pelo foro privilegiado de corrupção. E ter que viver no jogo de cintura para não ser processado, nada, ficha limpa, mas não estou conseguindo terminar o mandato, que não é meu. Hoje, quem está aqui é o Deputado Francischini, mas represento 427 mil pessoas,

cidadãos e cidadãs paranaenses. O mandato é deles, não é meu. Estou lutando. E se for só por um dia, é um dia que eles estão tendo voz para dizer a discordância de tudo que está acontecendo. Vou recapitular. Presidente do PSL na eleição de 2018, Coordenador perante o Tribunal Regional Eleitoral, que indica todas as lideranças que vão fazer a fiscalização lá nas seções eleitorais. Então, a minha atribuição era uma atribuição legal: fiscalizar as seções eleitorais. Imaginem passar o dia inteiro com ligações: *Não funciona a urna. Digito e não aparece nada. Está escuro. Trocou a urna, colocou outra no lugar.* Até que o nosso advogado, com a Justiça Eleitoral, que agiu bem, agiu corretamente, retiram duas urnas que estavam com problemas. Logo no final, e já cansado de tanta reclamação, faltando alguns poucos minutos para o encerramento da eleição, encerro o meu vídeo faltando 10 minutos. Quem tem experiência em eleição sabe que nesses últimos minutos as seções eleitorais do Brasil todo estão às moscas, não tem uma viva alma votando na reta final. E faço um vídeo. O vídeo é revolta, é alguém que está extremamente tenso com a situação de uma eleição em que você é o coordenador do Presidente Jair Bolsonaro na eleição no Paraná, mas em várias partes do Brasil também. Reclamo pesadamente. Uso talvez termos muito fortes: fraude. Termos que aí, sim, podem ter sido fortes demais, mas começo esse vídeo, Presidente, dizendo assim: *Estou aqui como Deputado Federal, usando a minha imunidade parlamentar.* Em nenhum momento do vídeo disse que era candidato a estadual, qual era o meu número. Podia até ter confundido o meu eleitor, que olhando esse vídeo ia dizer: *Mas, espera aí, ele não era candidato a estadual? Como é que ele está se identificando como Deputado Federal?* E vem a ação, e essa ação vai ao TRE e aqui no TRE ganhamos por quase unanimidade. Muitos votos do Tribunal Regional Eleitoral, que agiu conforme a Lei aqui no Paraná – a Justiça Eleitoral e a Justiça paranaense é uma Justiça diferenciada pela qualidade, pela imparcialidade e a isenção –, disse: *Não concordo com o que ele falou.* Alguns ao extremo: *É um absurdo o que esse Deputado falou sobre urnas eletrônicas, mas o meu voto é o voto pela legalidade.* Alguém conhece qual é a *Lei das Fake News?* Ninguém conhece. Não existe. Ninguém sabe definir o que é *fake news* porque não tem lei e nunca debatemos se opinião é *fake news*.

Quando um jornalista der uma opinião e o outro der uma divergente, um dos dois comete *fake news*? Quando dois cidadãos na rede social têm opiniões diferentes, um deles comete *fake news*? Um diz que político tal é ladrão, o outro diz que é um santo, um dos dois comete *fake news*? Esse meu caso, que foi julgado por quase unanimidade no TRE, sobe para o TSE, e eu não tinha a mínima preocupação. Não existe *Lei de Fake News*. A mudança da jurisprudência que aconteceu no TSE é gravíssima. Trago para todos os senhores: a imunidade parlamentar com a minha decisão *vai para lata do lixo*. Nenhum Deputado Estadual ou Federal do Brasil todo pode mais fazer uma denúncia chegando, como já fizemos várias vezes aqui, aos limites da imunidade: *Fulano de tal cometeu crime, cometeu fraude. A licitação em tal lugar é uma licitação que viola as Leis*, porque se lá na frente isso tudo que ele está denunciando não acontecer... Por quê? Porque a investigação avançou e faz parte da democracia. E viu que era um problema técnico na licitação e não era uma fraude grosseira, essa pessoa será condenada? E o Promotor de Justiça que faz uma denúncia, se o réu for absolvido, ele cometeu uma *fake news* judicial pelo Ministério Público e será punido também? Olhem a gravidade da decisão que está ocorrendo! Estamos abrindo um buraco na couraça do navio chamado liberdade, em nosso País. Nenhum Deputado, nenhum Senador, nenhum cidadão comum, via rede social, porque a mudança da jurisprudência com o meu caso diz que, a partir de agora, as redes sociais também são veículos de comunicação. Só que a mudança da jurisprudência veio três anos depois da minha eleição! A Constituição Federal diz que para você mudar uma lei eleitoral para valer na eleição tem que ser um ano antes. O Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, já tinha decidido que a viragem da jurisprudência, como é esse caso das redes sociais, é a mesma coisa, tem que ter um ano antes da eleição. Não posso mudar a regra do jogo durante o jogo, muito menos três anos depois! O meu caso abre um precedente que se um Tribunal ou determinado Tribunal estiver com cores partidárias e ideológicas, serve para mim como serve para o Tadeu Veneri, lá na frente! Se para mim hoje está pegando, pode pegar para ele! O meu caso não é de partido ou de ideologia, como muitos estão falando, porque hoje temos determinada situação com a

eleição, no ano que vem podemos ter um Bolsonaro muito forte Presidente, podemos ter o Lula Presidente, podemos ter situações diferenciadas e isso vai impactar nas formações dos Tribunais, então “pau que bate em Chico pode bater em Francisco lá na frente”. Essas mudanças que estão ocorrendo e poucos estão dando atenção vão atingir desde o cidadão comum nas redes sociais aos parlamentares, aos jornalistas, aos comunicadores, mesmo aqueles que não têm diploma de jornalista, que dão opinião diariamente, que fazem suas matérias cobrindo a Assembleia, a Câmara e o País todo. Não podemos abrir mão das nossas liberdades! Sei que a situação é muito difícil, vou ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal no Plenário virtual durante a terça-feira. O que pode ocorrer, Presidente? Temos alguns caminhos que podem ocorrer: o primeiro é um pedido de vista; o segundo que pode ocorrer, está no Regimento Interno, é um pedido de destaque, que é aquele que obriga a levar para o Plenário físico, daí vai ter que buscar outra data. Mas tenho ouvido coisas muito piores, Presidente, que, mesmo com alguém pedindo vista ou com alguém pedindo destaque para ampliar o debate, para fazer com que isso tome uma dimensão de debate nacional, porque o caso é gravíssimo, que pode vir uma decisão individual de outro Ministro ou Ministra contra a decisão individual do Ministro Kássio Nunes. Isso só aconteceu uma vez na história do Supremo Tribunal Federal, quando o Lula foi autorizado a dar uma entrevista e o Vice-Presidente, que era o Ministro Fux, revogou essa autorização dada pelo Ministro Toffoli para que ele pudesse dar. Um caso na história! Será que alguém do meu tamanho, pequeno, é para mim tudo isso? Será que a minha importância é tão grande nacionalmente para que seja cassado, perseguido, uma ação que entrou em uma sexta-feira à noite no Supremo Tribunal Federal e já teve o despacho da Ministra, no sábado, depois da hora do almoço, o Presidente do Supremo já autoriza o Plenário Virtual e o Plenário Virtual já vir na terça-feira! Que importância tem o Francischini nesse contexto todo? Quase nenhuma. A importância do Francischini são as liberdades individuais que serão...
(É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Francischini, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI (UNIÃO): Para concluir, Presidente. As liberdades individuais vão estar sob ataque. Este julgamento é um julgamento que vai marcar as biografias dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Aqueles que se dizem legalistas, garantistas, que defendem a Constituição, terão que votar um caso contra, não existe lei de *fake news*, uma viragem jurisprudencial que foi votada por unanimidade por todos eles alguns anos atrás, sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes, e terão que dizer na biografia que não fizeram um julgamento técnico. Confio no Supremo Tribunal Federal. Até amanhã tenho certeza de que vamos ter um julgamento técnico. Não posso aceitar que o julgamento será político e que serei cassado porque querem uma jurisprudência para pegar o Presidente Jair Bolsonaro. Não quero crer que isso aconteça porque é o tribunal máximo do nosso País, o símbolo da imparcialidade é o Supremo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, para concluir. Próximo orador...

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem*, Presidente. Permite-me?

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Apenas para colocar a indignação, este mal-estar que tenho certeza de que toda a Assembleia está sentindo por este momento dos colegas que passam por isso. Só para ficar registrado que isto é muito ruim, Sr. Presidente, para a nossa democracia e para a nossa Casa. Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Com a palavra, Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s da Mesa, Deputados. Deputado Francischini e os demais Deputados que retornam à Casa hoje, uma satisfação receber V.Ex.^a, que goza da minha amizade pessoal já de muito tempo. Bom recebê-lo de volta, o Bacil e os demais que estão voltando, o

Do Carmo. Dizer: Que dia feliz hoje, hein! Pensem em um *cabra* feliz! Começar pelo dia 13 de janeiro de 2022, quando o Ministério Público do Estado do Paraná entra com uma ação contra o Conselho dos Bens Ambientais Lesados, constituído inclusive por legislação desta Casa e nomeado por decreto governamental, por meio de ação de algumas ONGs ambientalistas radicais, entra com uma ação dizendo que estávamos descumprindo o acordo com a Petrobras. Disseram que o Conselho não era legítimo, o Conselho escolhido por esta Casa não era legítimo; dizendo que os programas escolhidos por técnicos valorosos do Instituto Água e Terra e outros órgãos, que não atendiam ao meio ambiente. E hoje o Juiz da 11.^a Vara de Justiça Federal aqui do Paraná autorizou R\$ 107 milhões para mais de 300 municípios do Estado do Paraná. O município mais simples, mais humilde, mais longínquo vai receber um caminhão para a reciclagem de lixo, ou vai receber um caminhão compactador, ou vai receber um caminhão limpa fossa, ou vai receber um caminhão para retirar entulhos, mostrando com muita clareza que estamos no caminho certo. Esse é o primeiro! São 940 milhões, os primeiros 107 já foram. A primeira foi *tcham*, a segunda vai ser *tchum e tcham, tcham, tcham, tcham!* *Tcham, tcham, tcham, tcham!* Então, é assim! Agora, dizer que a satisfação é muito grande, mas dizer que então são 150 caminhões para combate a incêndio, vários... Esses caminhões têm uma história para o Paraná e só não vê quem não quer; uma história mais bonita do que a outra de combate a incêndio, só que quem não conhece de meio ambiente, acha que se pegou fogo em um pasto não vai queimar o mato e quando queima o mato, mata o ovo dos passarinhos, mata os bichos e pega fogo na onça. Então, é uma barbaridade, os contra porque são contra! Aí, são caminhões para incêndio florestal, 150 caminhões, 150 municípios atendidos só neste programa. Para coleta de materiais recicláveis, que precisamos das cooperativas... Agora será liberado, viu, Romanelli, o dinheiro para os barracões será liberado na sequência, o dinheiro para as prensas na sequência, balança, equipamentos. Aí são mais 53 caminhões para... 71 caminhões para coleta de resíduo não reciclável. Todo mundo sabe aqui, quem representa município... Quem não tem nenhum município para representar, quem nunca cruza o pedágio de São Luiz do Purunã não sabe, mas o município lá

longe, o caminhão mais velho que tem é o caminho de lixo, caminhão compactador. Aí de manhã cedo, na segunda-feira, o caminhão vai trabalhar e quebrou a embreagem. Quebrou, pois é o caminhão mais velho! Vai ficar pronto só na quinta-feira. Até quinta-feira já choveu, os bichos já buliram, o lixo já misturou... Mas, então, estamos conseguindo este recurso para a coleta de resíduos. Então, no total são 373 caminhões, mais de 300 municípios atendidos aqui no Estado do Paraná. E a sentença inclusive – proferida no dia de hoje –, inclusive aceitou a participação da Associação dos Municípios do Paraná, à qual parabenizo o nosso Presidente, o Junior, o Vice-Presidente, o Edmar, valorosos companheiros que escreveram os municípios do Paraná, como amigos da lei, como *amicus curiae*, para demonstrar que os municípios do Paraná, todos, as 19 Associações dos Municípios do Estado do Paraná se pronunciaram favoráveis aos programas do Governo do Estado do Paraná. Inclusive, na próxima terça-feira, dia 14, estão marcando para se reunirem aqui em Curitiba, para fazer uma demonstração clara de que todos são a favor dos programas eleitos pelo Governo do Estado, porque se os municípios, os prefeitos, que são eleitos pelo sufrágio popular, pela maioria da população, acham que é bom, só não entende que é bom aquele que não entende que a representação se faz pelo voto. Você vota para Prefeito, você vota para Vereador, você vota para Governador, mas dizer que para minha surpresa recebi também, na data de hoje, nas minhas mãos, aqui, que tem gente que é o seguinte. Quero pedir desculpa ao Deputado Goura. Pedir desculpa, Deputado Goura, a Vossa Excelência, porque nesses dias falei que o senhor não entendia de meio ambiente, mas vou retirar, porque o senhor entende. O senhor está se fazendo de desentendido, porque aqui tenho um ofício de Vossa Excelência que fala aqui de um município, que o senhor está pedindo um caminhão aqui para um município que, inclusive, foi atendido, hoje, viu, com o dinheiro da multa. Então, não é que o senhor não entende, o senhor se faz de desentendido. É como ouvi Vossa Excelência também falar a respeito, aqui, das pequenas centrais hidrelétricas do Paraná, mais uma vez Vossa Excelência fazendo uma retórica contrária. Mais uma vez Vossa Excelência sabe que geração de energia limpa é o futuro do mundo. Acho que o senhor está trabalhando para

alguma petroleira, inclusive americana, porque não é possível. Nos grandes encontros internacionais, o que têm sobrado são para não utilizar combustível fóssil. O combustível fóssil vem de onde? Do petróleo. Para você não utilizar combustível fóssil, qual é uma das maiores fontes geradoras de energia firme? Porque a solar é muito boa, a eólica é muito boa, só que depende do vento e depende do sol. Então, a energia mais firme de ser gerada é a hidrelétrica, ainda no mundo. Claro que temos que valorizar todas as formas de geração de energia. Então, por isso, foi constituído. Além do que, Deputado, não adianta o senhor se fazer de desentendido, de fazer retórica contra, porque é o seguinte, não é ninguém que dá licença ambiental, Deputado. Quem dá licença ambiental é uma série de normas que são regidas pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado, normativas de Conama, Ibama etc., que se o cidadão preencher todos os requisitos, não tem o querer dar ou não querer dar. Então, Vossa Excelência, desculpe-me.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Marcio?

Deputado Guto Silva (PP): Deputado Marcio, permite-me um aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Peço um aparte.

Deputado Guto Silva (PP): Um aparte aqui também.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Permito para o Guto. Permito para o Missionário.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Posso falar?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Pode.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Primeiro, parabéns pela explicação, realmente baseada em fatos e não em narrativas. Tenho uma preocupação, Deputado Marcio. Esse dinheiro todo, que são mais de 1 bilhão e 70 milhões, foram para uma ONG do Rio de Janeiro. Procede isso?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Não. Esse é outro dinheiro, de outro desastre. Esse há 20 e tantos anos também. Esse dinheiro está depositado na Caixa Econômica faz mais de 10 anos. A mesma coisa que tentaram fazer dessa vez, criam um imbróglio, depositam o dinheiro nas contas, ninguém consegue usar. Dali a pouco o dinheiro vai parar lá no Rio de Janeiro, 110 milhões. O Deputado Goura, inclusive, respondeu a um ofício nosso, Romanelli, 110 milhões foram parar na Funbio. Agora, pergunto o seguinte, a Funbio vai elaborar os projetos, segundo a resposta, e, a partir do ano de 2023, vai dizer o que é para fazer. Ora, será que a Funbio sabe mais do que todos os Prefeitos do Paraná? Será que a Funbio sabe mais do que todos os Vereadores do Paraná? Será que a Funbio sabe mais do que todos os Deputados do Paraná, que representa? Então, 110 milhões já foram e isso não permitimos acontecer. Passo a palavra ao Deputado Guto Silva.

Deputado Guto Silva (PP): Deputado Marcio, agradecer o aparte. Sei que Vossa Excelência está repleto de boas notícias. Essa de fato é uma boa notícia porque leva investimentos aos pequenos municípios. Comemoramos ontem o *Dia Internacional do Meio Ambiente e da Sustentabilidade*. Aqui, um ponto que gostaria de destacar, que é essa dicotomia do meio ambiente com a agricultura, que não podem conviver. Aqui, é apenas um exemplo, o Paraná tem convivido muito bem. O Paraná produz verde. Quero destacar aqui um programa, que sei que Vossa Excelência também tem muito orgulho, que é o *Descomplica Rural*, da qual licenciávamos no Paraná seis meses, sete meses, uma pequena produção de aves e hoje estamos licenciando em alguns meses. Da mesma forma, a Junta Comercial, 100% digital e em apenas horas abrimos uma empresa. O *Descomplica Telefonia* que vai permitir acelerar a questão do 5G. Isso tudo, Deputado Marcio Nunes, significa emprego na veia. Trago aqui um número, que acho fenomenal e fantástico, o Paraná, apenas o Estado do Paraná, no primeiro trimestre, apenas no Estado do Paraná, no primeiro trimestre, gerou mais empregos formais do que toda a região Norte e Nordeste juntas. Se somarmos todos os estados, o Norte e o Nordeste, não geraram a quantidade de empregos

formais que temos no Paraná. Isso significa simplificação, desburocratização e melhoria para todos os paranaenses, com uma oportunidade de emprego.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Só para concluir, Sr. Presidente. Ouvi os dois apartes. Só dizer o seguinte, que o Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Marcio, para concluir.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Para concluir. Só demonstrando que o Paraná vai ao caminho certo. O Estado do Paraná é o Estado que mais cresce, mais se desenvolve, mais gerou emprego com carteira assinada. Mas é o que mais cuidou, o que mais recuperou e o que mais preservou o meio ambiente. Infelizmente, aqueles que não gostam que você consiga crescer, desenvolver, gerar emprego, renda, cuidar da vida das pessoas, fazer as pessoas felizes, cuidar do meio ambiente e recuperar o meio ambiente, têm que ficar com *dor de cotovelo*. Mas o senhor fique tranquilo, Deputado, o seu município está contemplado. O município de Curiúva será contemplado. Agora, vi que o senhor entende de meio ambiente. Às vezes, o senhor faz de conta que não entende e se faz de desentendido, mas entende sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Deputado Marcio, o problema não é comprar 10, 20 ou 500 caminhões, como o senhor quer fazer e já o fez. O problema é que esses recursos eram para restabelecer aquilo que foi destruído no Rio Iguaçu. Até onde sei caminhão e Rio Iguaçu não são a mesma coisa. Aqui, como Líder da Oposição, quero fazer um registro. O Deputado Goura, que o senhor falou que se faz de desentendido, não se faz de desentendido. Sei que o senhor está há pouco tempo aqui, o senhor esteve muito tempo fora. O Deputado Goura é um dos melhores Deputados que temos aqui. Um Deputado que mais traz contribuição para o meio

ambiente, mesmo que o senhor discorde. Então, o meu respeito ao Deputado Goura. Tenho um respeito muito grande pelo senhor, Deputado Marcio, mas acho que quando o senhor ironiza e desqualifica o Deputado Goura, não é o papel do Parlamentar fazer isso, no meu entendimento. O senhor tem as suas qualidades e tem os seus defeitos, certamente, o Deputado Goura também os tem, mas se entrarmos nesse debate que se faz de desentendido ou se faz de bobo, ganhou caminhão, ninguém ganha nada! Se o caminhão foi ou não foi para esse ou aquele município, se foi solicitado, o Governador mandou. Aliás, o senhor sabe, o seu município também ganhou. Inclusive, o senhor entregou aquele negócio lá de respirador, uma época, em um hospital que a sua filha trabalha. Nem por isso viemos aqui desqualificá-lo, era porque era necessário. Não era? Então, acho que essas coisas acontecem. Quero fazer duas ponderações, aqui, Sr.^s Deputados. A primeira, uma votação que acho uma tragédia, que aconteceu na última semana na Câmara Federal, que alguns aqui acompanharam, independentemente da nossa opinião. Sou contrário, mas há aqueles obviamente que concordam. Por óbvio, como diz o Deputado Romanelli, respeitamos os votos no Congresso Nacional. Mas o PL 4.188, Deputado Romanelli, que autoriza que o único bem de família, no caso, propriedade e casa, possa ser penhorado independentemente do valor desse bem, se aprovado no Senado e sancionado pelo Presidente Jair Bolsonaro, vai jogar centenas de milhares de famílias, vai jogar centenas de milhares de família na rua. Não dá: *Ah, mas são caloteiros, deixaram de pagar. Pagaram.* É possível que tenha também alguns que sejam. É possível! Aliás, isso acontece muito. O Brasil tem 2 trilhões para receber de dívidas, das grandes empresas, principalmente, mas é muito provável, é muito provável que parte significativa, Deputado Evandro, dessas pessoas, sejam aquelas que compraram casas pela Cohapar, compraram casas pela Minha Casa, Minha Vida, ficaram desempregadas, não conseguem pagar e vão perder suas casas para os bancos, como disseram vários Deputados aqui, que sem dúvida fazem parte do segmento que mais ganha no nosso País. O Deputado Marcio sabe disso também. Nenhum segmento, Deputado Marcio, temos diversas divergências aqui, fazemos o debate, o bom debate, mas temos concordância que nenhum segmento no nosso País

ganha tanto quanto o segmento financeiro. Venho de banco, fui bancário 30 anos, e a época que o Banco do Brasil perdeu a conta movimento, na década de 80, se dizia que o Banco do Brasil perdeu a conta movimento para ganhar a poupança, ganhar isso e aquilo e isso iria equilibrar. Não só não equilibrou como aumentou muito o rendimento do Banco do Brasil, assim como aumentou dos demais bancos. Na década de 90 era hora de dizer que tinham que privatizar os bancos públicos porque eles eram deficitários, que não eram, aqui quem conheceu o Banestado sabe o que significava o Banestado. Se tinham erros, e havia, sem dúvida nenhuma, corrigissem os erros, mas não tirassem essa que é uma das principais ferramentas dos governantes para trazer o desenvolvimento. Aí fecharam os bancos públicos, depois os bancos privados fizeram um processo de compra de boa parte daqueles bancos que conhecíamos. Hoje temos quatro bancos do Brasil, claro que temos outras casas bancárias menores, mas redes nacionais temos quatro, que lucraram centenas de bilhões de reais nos últimos anos, e ainda assim agora se diz, se você ficar devendo três meses o banco manda, e vai mandar, que alguém entre na sua casa e tome. Há que se encontrar outro mecanismo que não seja esse, porque esse é a tragédia das tragédias. E tenho certeza, Deputado Marcel, o senhor que é da região Oeste, conhece o drama de pessoas que perderam as suas casas, de que não será essa a solução, e que os grandes, aqueles que têm grandes propriedades, por exemplo, não vão perder, porque tem uma banca de advogados que os protegerá. Agora, a Dona Maria, o seu José, que moram lá na periferia da cidade, que compraram a sua casa, que não puderam pagar, por várias razões, porque muitas vezes pela sua necessidade deixaram de pagar, esses perderão. E o que vai fazer o banco, seja ele qual for, com esta casa? Vai colocar no leilão, e será arrematado por outras pessoas. É um processo contraditório. Temos que encontrar mecanismos onde a população, temos quase 10 milhões de pessoas hoje que necessitam de casas, onde a população encontre mecanismos que não seja esse selvagem do ponto de vista de fazer com que aqueles que já são muito ricos fiquem mais ricos. Ouvi muitas coisas durante esse período em que estava no Banco do Brasil, que se dizia que se aumentássemos aquele cadastro reduziria o juro, não reduziu; se

cobrássemos tarifas, reduziria o juro, não reduziu; se fizéssemos a parte de tecnologia, reduziria o juro, não reduziu. O problema não é esse, o problema é que não temos mais concorrência, não temos, e tanto não temos que o Santander, que é um banco do Santo André, espanhol, tem mais lucro no Brasil que em qualquer outro lugar do mundo. Então, espero que o Senado tenha a sabedoria necessária para que não aprove esse tipo de projeto, e se aprovado, que o Presidente Jair Bolsonaro vete, porque é uma tragédia contra a população brasileira. E aqui também quero fazer um registro, Deputado Marcel, estive hoje na parte da manhã, 10 horas da manhã, em União da Vitória, com o Deputado licenciado, aqui o Deputado Hussein, não é bem licenciado, mas o Deputado Hussein, que foi Líder do Governo, com o Secretário Aldo, com a Reitora da Unespar, os Diretores da Unespar, na assinatura do termo que possibilita que União da Vitória tenha o seu curso de Direito, com o primeiro vestibular já no próximo ano. Essa é uma luta que fizemos durante cinco anos, todos nós, a Assembleia Legislativa, a região de União da Vitória, todas as Câmaras de Vereadores da região da Amsulpar, todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos. Agora serão 40 vagas, 40 vagas, a primeira vez que teremos curso de Direito em uma Universidade pública com ênfase em Direitos Humanos na região Centro-Sul, uma região sabidamente empobrecida. E o que é interessante, Deputado Marcel, a Universidade de União da Vitória, que era a Fafi e agora faz parte da Unespar, é de 1956. Nesse período ela sempre teve curso de licenciatura, esse é o primeiro curso que ela tem que não é de licenciatura em mais de 60 anos de vida. São 12 mil alunos na Unespar, é a terceira Universidade em número de alunos, 73 cursos agora, porque tem o curso também de Apucarana, e certamente uma possibilidade imensa, imensa, para aqueles que, claro que com todas as dificuldades, para aqueles que pretendem cursar Direito em uma Universidade pública. Sabemos que as pequenas e médias cidades precisam das Universidades, precisam, porque às vezes há uma Universidade privada, com qualidade, sem dúvida nenhuma, mas a um custo tão alto que os filhos das classes empobrecidas e médias não conseguem pagar. Por isso, faço aqui de público um cumprimento ao Secretário, ou agora não Secretário, Superintendente Aldo, ao Deputado Guto, que não está no Plenário, mas que

contribuiu muito também para que pudéssemos ter este momento. O Deputado Guto não pôde estar hoje na parte da manhã, mas contribuiu quando era Chefe da Casa Civil. Ao senhor, Deputado Marcel, que também ajudou nesse processo, e a todos aqueles e aquelas que em um determinado momento viram que poderíamos ter em União da Vitória algo que outras cidades do mesmo porte já têm. Por isso, digo que hoje é um dia de bastante satisfação. Saí daqui cedo, fui a União da Vitória, participei da assinatura, voltei, porque tínhamos aqui também uma pauta importante. Mas hoje volto com aquela sensação que poucas vezes, Professor Tercílio, temos aqui dentro. Sabemos que aqui é um espaço muito árido, e hoje volto com a sensação de que os mandatos, nesse dia, o mandato vale muito à pena, vale muito à pena, para sabermos que pelos mandatos, não pelo nosso mandato, mas pelos mandatos, conseguimos fazer com que uma cidade pequena, cidade em que nasci, hoje tenha um curso de Direito público, com ênfase em Direitos Humanos, e quero daqui a cinco anos ver 40 meninos e meninas levantando um canudo e dizendo que se formaram na Universidade pública, por obra e graça de todo o esforço que foi feito, mas também desta Casa. E aí encerro, Sr. Presidente, lembrando aquilo que falei de manhã lá, Paulo Freire dizia que a educação não muda o mundo, a educação muda as pessoas, as pessoas mudam o mundo. Então, que essas pessoas continuem mudando o mundo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas, aos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, primeiramente quero cumprimentar os colegas Deputados que retornaram a esta Casa. A Justiça foi feita. Temos aqui vivido momentos no Brasil bem complicados, onde a Constituição Federal pelo jeito perdeu o valor, porque os que são pagos para guardar a Constituição estão rasgando-a diariamente, falo da atual Corte Suprema do nosso País. O caso que houve aqui que tirou o mandato do Francischini e dos demais colegas foi uma aberração jurídica jamais ocorrida em

nosso País, algo lamentável, óbvio para quê? Para atacar o Presidente Bolsonaro. O Supremo hoje quer fazer leis, ele não respeita mais os Parlamentares. Somos eleitos para fazer as leis, porém o Supremo hoje está ignorando isso, faz o que quer, determina a lei, inventa a lei. É ridículo o que está acontecendo em nosso País. E, dando continuidade à preocupação de nós brasileiros, a grande maioria dos brasileiros, a nossa preocupação realmente são as eleições agora de outubro, principalmente as eleições para Presidente da República. Vi a fala do Deputado Tadeu Veneri na quarta-feira, ele diz que o Presidente Jair Bolsonaro está muito preocupado, está nervoso com as eleições, e ele diz que o Presidente Bolsonaro continua dizendo que precisamos de eleições limpas. Óbvio, o Presidente Bolsonaro tem toda razão, e diz que deveria ter a urna eletrônica com o voto impresso. Aí o Deputado Tadeu Veneri diz que isso é uma bobagem, que o Presidente fala bobagem. Essa bobagem, Deputado Tadeu Veneri, a grande maioria dos países no mundo evoluíram às urnas eletrônicas com o voto impresso, não é bobagem, mais transparéncia, mais tranquilidade ao eleitor nunca será uma bobagem, só é bobagem para quem? Para os partidos de esquerda, que sabem que no voto não vão ganhar. Isso é óbvio. Quando ele cita aqui na fala dele, o Deputado Tadeu, da pesquisa Datafolha, isso é uma afronta. É uma afronta à inteligência dos brasileiros, é um *tapa na cara*, é chamar todo mundo de burro. Como pode um “descondensado”, que não pode dar três passos na rua que é vaiado, é xingado, estar na frente? Como pode o “descondensado” estar na frente se ele vai fazer uma campanha, aqui no Paraná, conforme declarou a Deputada Gleisi, fará uma campanha virtual? Hum, Deputado Tercílio, o senhor já viu isso, uma campanha virtual? É o que o Lula vai fazer. Ele não vai aparecer na rua, porque a televisão vai filmar ele sendo xingado, esculachado, recebendo o que ele merece, o que ele plantou roubando o Brasil, é o ódio do nosso povo contra ele. Ninguém suporta mais ladrão. E se ele for à rua vai comprovar que a pesquisa é uma farsa. Faço um desafio aqui para qualquer Deputado da esquerda, vamos andar na rua, vou com o Bolsonaro e vocês vão com o Lula, vamos andar juntos na rua. Faço um desafio aqui, duvido que alguns dos seus terá coragem e duvido que o “descondensado” terá coragem de sair na rua, porque é um covarde que

roubou o nosso País e está sendo apadrinhado por uma Suprema Corte covarde, uma Suprema Corte que virou um “puxadinho” do PT. Não vamos, ou melhor, não podemos perder a eleição em um golpe. Não podemos. Fico vendo aqui, vocês que me acompanham, pensem comigo, olha lá, primeira coisa, “descondenaram” o Lula. O homem tinha sido julgado em primeira, segunda e terceira instância e até no STJ. Aí um dia o Fachin acordou, falou: *Não, não, não, não valeu nada porque o CEP da onde ele foi julgado não valia*. Curitiba não podia ser. Criminoso é criminoso em qualquer Estado, não muda, a lei é igual. Mas lá não pode. Só que ele não foi condenado só aqui, ele foi condenado também em Santa Catarina, no TRF4, onde aumentaram a pena dele, e foi condenado em outros lugares também. Mas esse Supremo, que a grande maioria foi indicação do PT, é conchavo do PT, então esses Ministros devem favor ao Lula e ao partido de esquerda. Isso aí está óbvio. Continuando o raciocínio, primeiro “descondenaram” ele, tornaram-no elegível. Uma aberração jurídica que nunca houve. Tornaram-no elegível. Aí o Tribunal Superior Eleitoral faz uma guerra, faz até *lobby* político para que não se aprove a urna eletrônica com o voto impresso. Por que tanta luta, Tribunal Superior Eleitoral? Por que vocês lutam tanto contra a evolução da urna eletrônica? Não seria mais fácil evoluir, como a grande maioria dos países evoluiu? É o voto eletrônico com o voto impresso, que ninguém põe a mão, fica dentro da urna. Se houver alguma dúvida, a auditoria vai checar o voto eletrônico com o voto auditável, simples assim, gente. Mas não, aí o TSE chamou o Exército para participar das eleições. Os técnicos avaliaram vários problemas nessas urnas e sugeriram várias opções para melhorar a segurança. O que o Tribunal Superior Eleitoral fez? *Não, não aceitamos nenhuma mudança. Não queremos mais o Exército conosco. Agora queremos saber quem?* Foram buscar agora nas Embaixadas, para que outros países venham aqui, observar as eleições e validar as eleições. Ora, está escancarado que algo está acontecendo ou não? Como que não aceito a vontade popular, não aceito evoluir a urna eletrônica, melhorar a transparência, luto, faço *lobby* político para que não aprove e agora vou chamar os colegas de outros países? Óbvio, colegas de esquerda, para validar uma eleição aqui. Quem tem que validar aqui é o povo brasileiro. O interesse é do Brasil. É a

soberania nacional que está em jogo. Então, a preocupação do Presidente é muito forte e tem apoio popular. E quando o Deputado Tadeu diz que o Bolsonaro está ruim nas pesquisas, porque o Brasil está um caos, acho que ele está vendo a economia de outro país. Vou dizer ao Deputado Tadeu, o Brasil voltou ao *ranking* do top 10. As dez maiores economia do mundo. O Brasil, no G20, é o País que mais diminuiu o desemprego. Dos 20 maiores países do mundo, o Brasil está em primeiro lugar, como o País que mais diminuiu o desemprego. Agora, quando alguém quer criticar uma economia vendo o Brasil se superar pós-pandemia e no meio de uma guerra, só pode estar brincando com a cara dos brasileiros. É o que digo, vimos a esta tribuna, temos que falar a verdade. Vamos parar de mentir. Vamos parar de iludir. Eles querem fazer pesquisas mentirosas para validar uma possível fraude nas eleições. É isso que fizeram nos Estados Unidos e querem fazer no Brasil também. Aqui não vão fazer. Nós, brasileiros, estaremos de olho e vamos dar um jeito de mostrar que o Presidente Bolsonaro, no dia da eleição, estará, como já é visível em qualquer lugar que o Presidente anda nas ruas, em qualquer lugar do Brasil, é uma multidão em volta dele. Estivemos juntos, Deputado Micheletto, agora em Foz do Iguaçu, com o Governador Ratinho Junior que está, sim, apoiando o Presidente Bolsonaro. É outra fala do Tadeu, que o Ratinho está com medo. Não está com medo não, ele estava junto lá na Itaipu com o Presidente Bolsonaro e tinha uma multidão, tanto em Umuarama, quanto em Foz do Iguaçu. Aonde o Presidente vai é uma multidão. E o Brasil vem crescendo. A Itaipu nunca investiu tanto, ou melhor, não investia nada no Paraná, porque aquilo é um cabide de emprego do PT e outros aí que mamavam na teta do governo. Essa mamata acabou. Por isso, tem que privatizar, sim. E o PT nunca quer privatizar, porque ele quer manter o cabide de emprego, como sempre fez, sugando o dinheiro do povo, dinheiro público. Por essa razão, todas as estatais davam prejuízo no governo PT, e hoje todas dão lucro. Ora, o que quer dizer isso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arruda, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O que quer dizer isso aí? É que hoje em uma gestão honesta e competente do Governo Bolsonaro, com uma equipe técnica, o Brasil vem mostrando a realidade da grande potência que é. E as estatais todas dando lucro, porque acabou a roubalheira que o PT fez no nosso Brasil. Todo mundo roubava. Todo dia tinha escândalo. E agora, em três anos e meio, não se ouve falar em corrupção. E se tiver alguma, com certeza, será corrigida imediatamente. É isso que tenho para falar hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Hoje venho a esta tribuna depois de uma semana que passamos e não tive a oportunidade de participar na semana passada devido à viagem que fizemos até Brasília. Tivemos também aqui, na segunda-feira, o nosso Secretário da Fazenda fazendo também aqui as suas explanações do quadrimestre, mostrando as suas preocupações, mas mostrando a realidade do nosso Estado do Paraná, por meio do trabalho desenvolvido pelo um dos homens mais experimentados que temos hoje no País, que é o nosso Secretário Renê, e que mostrou a força da economia do Estado do Paraná, as preocupações, mas a realidade dos números que temos no nosso Governo e que são uma realidade importante da saúde financeira do nosso Estado. Então, terça-feira viajamos, quarta-feira voltamos de Brasília. Uma reunião importante que tivemos lá no Tribunal de Contas da União, com mais Deputados que aqui representam a Frente Parlamentar do Pedágio, o Deputado Arilson, Deputado Romanelli, Deputado Evandro, Deputado Tião Medeiros. Uma reunião importante, produtiva e que terá continuidade hoje às 5 horas, com os técnicos do TCU, e quarta-feira ou na quinta-feira retornarão a Brasília para que possamos continuar levando esse tema tão importante que o nosso Governador tem tido tanta responsabilidade e cautela, que são os pedágios que virão, a próxima concessão. E, mais uma vez, temos que aqui mostrar que o nosso Governador Ratinho Junior acabou com esses pedágios que foram nocivos, principalmente, ao setor produtivo. Quero aqui também fazer

um comentário da fala do nosso Deputado Marcio Nunes, competente Secretário, importante a sua participação neste Governo, Secretário Marcio Nunes, revolucionou a Secretaria, antiga Secretaria de Meio Ambiente e que trouxa uma nova formatação, trazendo aquilo que mais queremos: o respeito ao meio ambiente. Mas, ao mesmo tempo, o respeito com o setor produtivo e dá para caminhar lado a lado e essa é a grande demonstração. Com a sua competência, Secretário Marcio Nunes, e V.Ex.^a que volta para esta Casa mostrando tecnicamente seu trabalho e desmistificando muito daqueles que fazem do meio ambiente e que falam de meio ambiente aqui de dentro desse cimento todo que é desta Casa e que “não anda” o Estado do Paraná. Precisamos olhar com prudência, com responsabilidade e V.Ex.^a fez um trabalho fantástico, deu uma nova guinada na Secretaria, avançou bastante, fez do Estado do Paraná o Estado mais sustentável do Brasil e, ao mesmo tempo, dando a oportunidade ao setor produtivo a continuar crescendo, colocando recursos, avançando e, consequentemente, fazendo do Estado do Paraná, como disse o nosso Deputado, Ex-Chefe da Casa Civil, Deputado Guto Silva, um dos Estados que mais gera emprego no Brasil. E como disse V.Ex.^a, Deputado, é a somatória do Norte e Nordeste juntos, não deram o que o Estado do Paraná deu de emprego nesses últimos anos e, principalmente, ano passado mais de 170 mil empregos, recorde da história, e agora no último trimestre mais de 50 mil pessoas que foram aqui, gerados empregos, por meio dessa força, dessa união. E que o nosso Governador tem dito sempre que está fazendo um trabalho republicano, conduzindo o Estado do Paraná de forma harmoniosa principalmente com o próprio Governo Federal. E aqui quero também salientar, como disse o Deputado Ricardo Arruda, tivemos sexta-feira com o Governador Ratinho Junior com o nosso Presidente Bolsonaro, mostrando esse alinhamento, essa sinergia que o Estado do Paraná tem com o Governo Federal. Bilhões de reais de tratativas e aqui também quero fazer uma saudação à nossa Ex-Governadora, mãe da nossa Deputada Maria Victória que esteve acompanhando com o nosso Líder do Governo, Ricardo Barros e vários outros Deputados, essa parceria grandiosa que o Estado do Paraná tem com o Governo Federal. Antigamente brigava muito e hoje há uma sinergia e é isso que

o povo paranaense quer: buscar os recursos que o Governo Federal tem para nos oferecer e mudar a vida dos nossos paranaenses. E o Governador Ratinho Junior tem feito isso de forma muito competente. E a demonstração que o próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, disse: que o Estado do Paraná, a maior secretaria que do Governo do Estado tem é a própria Itaipu, porque há uma sinergia, um convívio, não é, de forma republicana, e estamos buscando esses recursos. Nossa Deputado Ricardo Arruda tem o aparte.

Deputado Ricardo Arruda (PL): É verdade, Deputado Micheletto. E ele ainda brincou, o Bolsonaro, e mais uma vez quando ele chamou, e estava lá ele com o Presidente do Paraguai, ele chamou o nosso Governador e falou: "Vem aqui o Presidente do Paraná", já nomeou até o Ratinho Presidente. Isso dá para ver o bom relacionamento, realmente que tem afinidade Governo Ratinho Junior com o Presidente Bolsonaro. E quem ganha é o povo do Paraná. Nunca houve, aqui nunca um Presidente da República veio tantas vezes visitar o Estado do Paraná como ocorre, hoje, com o Presidente Bolsonaro. E nunca veio tanta verba, também, para investimento no Paraná. Isso aí mostra que essa amizade, essa afinidade entre os dois têm dado um resultado excepcional para o nosso Paraná.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): E quem ganha com isso é o povo paranaense. Melhor logística, temos mais capacidade de crescimento; o setor produtivo agradece isso muito. Mas essa é uma demonstração que o nosso Governador tem tido habilidade política com essa sinergia com o Governo Federal. E não é só com a própria Itaipu, em todas as áreas, ministérios, essa participação forte que o Governo Federal tem com o Governo do Estado do Paraná para que possamos trazer aquilo que o povo paranaense mais quer: paz, tranquilidade e os recursos para fazermos os avanços que o nosso Estado tanto merece e que muitos anos ficou sem essa possibilidade. Precisamos é disso, dessa união, dessa força para que possamos fazer nosso Estado crescer. O Presidente da República foi até Umuarama, tivemos lá vários parlamentares federais, estaduais. A Estrada da Boiadeira tão sonhada, mais de 50 anos, isso vai ajudar enormemente nessa ligação do Mato Grosso do Sul com o Paraná e fazendo com que principalmente o

setor produtivo possa ser ainda mais competitivo e avançar bastante. Outra importante ação que o Governo do Estado vem fazendo e estou acompanhando isso diretamente e quero aqui fazer uma saudação ao Deputado Anibelli que é Presidente da Comissão da Agricultura, com a questão da nossa nova Ferroeste. Esse traçado que vem desde lá de Maracaju, lá de Dourados e que vem descendo para o Paraná e que agora acabaram as audiências públicas, as contribuições de todas as pessoas que lá participaram. Vamos ter agora as considerações de todas essas sugestões para que os órgãos licenciadores deem início à elaboração de um parecer técnico. Como disse aqui o Marcio Nunes, nosso Deputado, tudo tem parecer técnico de pessoas competentes e não podemos fazer o Estado do Paraná regredir, temos que avançar. E a nova ferrovia vai dar um salto também no setor produtivo e vai ajudar enormemente o Paraná e o Brasil a continuar crescendo. Isso é mais uma demonstração de que o nosso Governo do Estado tem sido um governo inovador, moderno, planejando, cuidando das pessoas, mas, ao mesmo tempo, trazendo obras estruturantes importantes para que possamos avançar, gerar emprego, gerar renda e fazer a nossa locomotiva, que é o agronegócio, ter mais oportunidade de escoar sua produção, ainda mais rápido. Hoje a média é de cem horas para que a rota de Cascavel-Paranaguá possa ser escoada nossa produção. Com a nova Ferroeste, cairá para 18 horas. Com isso vamos ter muito mais competitividade, vamos avançar bastante e fazer o setor produtivo, nosso agro, crescer ainda muito mais. Um aparte, Deputado Anibelli.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Obrigado, Deputado Micheletto. De fato, fico muito feliz com alguns encaminhamentos e quero publicamente externar que entendo que é assim que deve ser feita a política. Tudo aquilo que for favorável para a população paranaense temos que lutar, brigar e ser transparentes. Tem aqueles que dizem que quanto pior, melhor. Não me encaixo nesse perfil. Quero lutar porque acredito que é assim que você pode dar o retorno à população. Quando vem se falar sobre obras em parceria com o Governo Federal, tudo que puder melhorar a vida do paranaense, é muito bem-vindo. A propósito, tivemos semana passada um ano do Paraná Livre da Febre Aftosa. Estivemos no Palácio, um grande evento muito prestigiado. E aqui gostaria de agradecer a sua fala de

duas semanas atrás a respeito da importante contratação de médicos-Oveterinários, engenheiros ambientais; o PSS para técnicos agrícolas, demonstrando a vontade, apesar do momento difícil, de o Governo fortalecer aquela palavra que V.Ex.^a e eu sempre falamos nos nossos discursos: sanidade animal. Por isso pode contar conosco, tenho certeza... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

Deputado Anibelli Neto (MDB): ... tenho certeza de que muitas coisas positivas nessa linha vão acontecer. Vamos em frente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Isso tudo é da nossa força aqui, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, da nossa Comissão de Agricultura, que fez o nosso Governador Ratinho Junior fazer essa reflexão e fazer o Paraná livre de febre aftosa, sem vacinação, oportunizando ainda mais nosso agronegócio a avançar, gerar emprego, gerar renda. E por isso que esse é o grande resultado. De forma republicana, precisamos conduzir os trabalhos e o Governador vem fazendo isso de forma magnífica, buscando os recursos do Governo Federal. As sugestões, também, da nossa própria Oposição, e veja que hoje o próprio Deputado Tadeu Veneri falando dessa oportunidade que a nossa Unespar teve de criar essa possibilidade de alunos na área de Direito lá, em União da Vitória. Quero aqui fazer uma saudação ao nosso Aldo, ao nosso Hussein Bakri, que deu a sua contribuição e aqui agora também temos a oportunidade de União da Vitória ter ainda mais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, para concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... para os nossos alunos. Parabenizar o Governo do Estado e o Governo Federal por essa grande parceria que está dando grande resultado para o Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidente Tercílio. Presidente Tercílio, ficar andando na rua sem ter o que fazer é coisa do “inominável” que dirige temporariamente a Presidência da República deste País: uma pessoa que não gosta de trabalhar. O Lula tem mais o que fazer! Organizando ações para construir este País do que ficar na hora de expediente, andando de moto sem capacete, dando mau exemplo. Aliás, a Polícia Rodoviária Federal, dirigida pelo Bolsonaro, que o diga: se usasse a mesma regra que usou para matar uma pessoa este final de semana, com o exemplo que é dado pelo Presidente. Olha, estamos na semana dos namorados e o Lula, que ama este País, vai continuar semeando esperança, cuidando das coisas que importam para o Brasil e jamais se deixar modificar ou se guiar por palavras de ódio e exemplos deploráveis, como este mencionado agora ou contra o uso da máscara ou contra a vacina. Um Presidente, um estadista que se preza, cuida do seu povo. Um falso profeta usa a palavra para espalhar o mal e é isso que está acontecendo na Presidência da República hoje, infelizmente. E, hoje, tinha me preparado para falar de uma coisa só, que é renúncia fiscal, mas em face de algumas falas de alguns Parlamentares da Base do Governo, quero abordar uma discussão muito importante, Deputado Goura: a importância da linguagem para querer se dominar a versão de uma coisa ocorrida, dos fatos. Hoje, para o Governo do Paraná, defendido aqui pelo Ex-Chefe da Casa Civil, Deputado Guto Silva, as pessoas que vivem *de bico* são empreendedoras, Deputado Tadeu. A pessoa que perdeu a carteira assinada, que *faz bico*, malabarismo para sobreviver, hoje, virou empreendedora, na contabilidade deste Governo que está aí. Hoje, a pessoa que está subempregada tem trabalho informal. A pessoa que não tem condição de amparo à CLT e está hoje trabalhando, sendo remunerada, sem condições de direitos, tem trabalho informal para o Governo do Paraná. O fim dos direitos trabalhistas é de forma palatável chamado de flexibilização, pela inovação causada pelo Ratinho. Aliás, o programa *Descomplica Paraná*, que desburocratizou a abertura de empresas, mas não foram empresas para gerar

empregos, foram empresas criadas em CNPJ para colocar trabalhadores que não têm mais vagas no mercado de trabalho. O nome *Descomplica Paraná* é bonito, mas na verdade a escolha política feita pelo Governador Junior *complica o Paraná*, complica a vida das pessoas e é isso que vamos abordar agora. E quero começar com uma fala que o Governador fez esta semana. Sabatinado pela *UOL* e pela *Folha de São Paulo*, o Governador do Paraná disse que a renúncia fiscal de 17 bilhões do Paraná, em 2022, é uma invenção da Oposição, coisa da velha política. Primeiro, Governador Junior, tenho orgulho de ser oposição ao desgoverno que o senhor pratica no Paraná. Segundo que não me considero da velha política. Aliás, acho que da velha política são os gestos, os sinais e a prática governamental executada por V.Ex.^a. Mas vou provar que o senhor não está sendo mentiroso, que é um termo feio, que o senhor está faltando com a verdade mais uma vez. A renúncia de 17,4 bilhões está na LDO, assinada inclusive por V.Ex.^a. É inacreditável que o Governador não conheça as leis que assina, não conheça o orçamento. Será que isso podemos chamar de nova política? Nossa assessoria, muito competente, fez um levantamento para identificar como os demais estados estão se comportando em relação à renúncia de receita. E olha que número bonito: o Paraná é o terceiro Estado que mais renuncia receita entre as 27 Unidades da Federação, ficando atrás somente de Minas Gerais e de São Paulo. São Paulo, o orçamento, a arrecadação é de 245 bilhões. Minas Gerais, é de 94 bilhões. O Paraná é de 59, renunciando 17. Somos o Estado do Sul que mais abre mão de carga tributária e não tem transparência para ver se essa abertura de mão de arrecadação gera emprego ou sustenta o eixo econômico contemplado. Para se ter uma ideia, a nossa renúncia fiscal é quatro vezes maior que o Rio Grande do Sul, quatro vezes maior que o Distrito Federal e é mais que o dobro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, o segundo Estado economicamente mais ativo na nossa Federação. Na última segunda-feira, o Secretário da Fazenda esteve aqui, mais uma vez, e *saiu pela tangente*, não usou o *compliance* para me responder. Não sei por que, mas disse que a questão da transparência e o aumento do valor da renúncia se dão por mudança na metodologia. Na oportunidade, ele falou que na gestão do atual Governo só se aumentou em R\$ 66

milhões a renúncia e que isso seria o fruto de uma mudança na metodologia de cálculo, implementada por conta de um pedido do Tribunal de Contas no ano de 2016. Bom, Secretário, se foi pedida em 2016, por que se implementou apenas em 2019? Se houve mudança no ano de 2019, que jogou de 129 milhões para R\$ 17 bilhões este ano, por que o senhor não considera a mesma mudança para este número deste ano de metodologia? Esta é a pergunta. Por que na LDO do ano de 2021, por exemplo, aprovada por esta Casa e enviada pelo Ratinho, o ano de 2023 já previa 12,9 milhões? A LDO do ano de 2022 previa 18 e a LDO de 2023, que está aqui nesta Casa e será votada, prevê 16. Mas que mudança de metodologia é essa que se ela valia para o ano seguinte a 2016, 17, 18, os números aumentaram agora? Vão explicar ou vão esconder? O que o Governo do Estado, além da indecência do aumento do número de renúncia tem a esconder mais?

Deputado Guto Silva (PP): Permite-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Daqui a pouco, Deputado Guto. Por que não se pratica a transparência? Semana passada, o Tribunal de Justiça de São Paulo ordenou ao Governador de São Paulo a apresentar o CNPJ de cada beneficiado, o nome e o valor da renúncia. E esta Casa aqui tem que se manifestar, temos que saber o que está acontecendo, e quero falar, Deputado Guto, já concedo aparte para V.Ex.^a, não somos contra a renúncia, somos contra a transparência, contra o aumento inexplicável, contra o que está sendo praticado. O Secretário sequer conseguiu explicar dentre os 17 bilhões para onde foram 2,5 e os outros 15 bilhões ele falou aqui que 1 bilhão era para as receitas da cesta básica, outro pelas diferenças fiscais, a Defis, e o resto? Onde está o dinheiro, Governador Junior? Onde está sendo aplicado tudo isso? Essa é a pergunta que fica aqui. Gosta tanto de falar em transparência, tanto de falar em nova política e aí ouço discursos que me antecedem aqui e o Governo sequer cumpre o item 12 do demonstrativo fiscal, da página 168, que obriga a ter apresentadas essas renúncias. O Secretário disse na audiência, ainda, que não devíamos, enquanto Oposição, abordar de forma simplista um assunto tão sério. Nunca abordei de

forma simplista aqui. Todas as vezes que falei os números, tirei das leis que são aprovadas nesta Casa e dos poucos números que são mostrados no *Portal da Transparência*. Aliás, *Portal da Intransparência*. E aqui entre renúncia, entre pedágio, entre diminuir o orçamento da educação, da saúde e da segurança como é neste ano, o *Complica Paraná* está prejudicando a vida das pessoas. Você que está me ouvindo, que tem a conta de água em R\$ 100,00, era para ser 74, mas o *Complica Paraná* resolveu trabalhar para você pagar mais caro. Você que paga na energia 200, o preço era para ser 150, mas o *Complica Paraná* resolveu deixar a sua vida mais cara. Você que está discutindo o pedágio, que ouve falar, saiba que o modelo do Governo Federal, que foi transferido para o Governo Federal, por meio do *Complica Paraná*, vai prejudicar a sua vida. Governador, ouça o clamor do povo, aprove a transparência dos dinheiros, dos recursos renunciados. Precisamos mais do que nunca saber se está sendo gerado emprego ou não. Fazemos tantas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, para concluir, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Fazemos tantas comparações do Paraná com outros estados, vamos comparar então a falta de transparência. Semana que vem, vou apresentar um material para vocês dentre os 27 estados qual é o menos transparente. Vocês têm uma dica: começa com “P,” termina com “A” e tem seis letras. Para tentarmos adivinhar qual é aquele que mais omite informações da sua população. Deputado Guto.

Deputado Guto Silva (PP): Deputado Arilson, respeito o debate político e é natural que V.Ex.^a, como Deputado de Oposição, vai usar da retórica para desqualificar, mas, com muita franqueza, contra os números e contra a estatística fica difícil argumentar. Não tem nenhum problema em dizer que a política de emprego no Paraná vai bem! O Paraná gerou 56 mil novas vagas de empregos formais. E aqui, só para contribuir com o vosso discurso, MEI, microempreendedor... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Tempo encerrado, Deputado.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Amaro, *pela ordem*.

Deputado Guto Silva (PSD): Presidente, só para concluir. Só um segundinho, para concluir!

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Não, Guto! Não entendi! O País começa com “B”, termina com “A” e... Não entendi as letras, porque pode ser Bolívia. Não sei! Só para entender aqui. Não sei quantas letras para matar esta!

Deputado Guto Silva (PSD): O jogralzinho, mas vamos lá! Só para...

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Guto, o tempo encerrou.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Questão de ordem.

Deputado Guto Silva (PSD): Só para concluir o raciocínio, então. Rapidamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pode falar *pela ordem*, Deputado.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): *Pela ordem*. Só para concluir o debate aqui, Deputado Arilson. O microempreendedor individual é uma realidade dos informais que são inseridos na formalidade. Uma coisa são os empregos formais, o número do Caged. São coisas diferentes e o Paraná está dando um *show* em emprego no Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cassiano Caron (UNIÃO), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Francischini (UNIÃO), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Emerson Bacil (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO) Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Coronel Lee (PDC), Soldado Fruet (PROS) e Cobra Repórter (PSD), conforme art. 97, § 3º, Inciso I do Regimento Interno (3 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Jonas Guimarães (PSD) e Marcio Pacheco (REP) (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 242/2022, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Hidalgo Neto; Autuado sob o nº 243/2022, do Deputado

Soldado Adriano José, que dispõe sobre a instalação de câmeras com captação de vídeo e áudio nos estabelecimentos prisionais estaduais, incluindo-se as celas.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Senhores Deputados, os Itens 1 e 2, Redações Finais, vamos votar simbolicamente.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 418/2021, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o Título de Capital Paranaense do Orgânico ao município de Tijucas do Sul.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 178/2022, de autoria do Deputado Marcio Nunes, que concede o Titulo de Utilidade Pública ao PAS Cianorte – Programação Ação Solidária de Cianorte, com sede no município de Cianorte.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovadas as duas Redações Finais.**

ITEM 3 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 671/2020, de autoria do Deputado Nelson Luersen, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hospitais públicos e unidades de pronto atendimento – UPAs do Estado do Paraná disponibilizarem a rede de comunicação de dados sem fio wi-fi gratuitamente aos usuários que realizarem qualquer espera/atendimento. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno emendas aprovadas em segunda discussão. Em discussão as emendas. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Deputados e Deputadas.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Quero só brevemente, meu nome foi citado pelo Deputado Marcio Nunes, quero dizer que temos que tratar as decisões judiciais com respeito, não é *tcham* e nem *tchum*. E acho que as falas se dirigindo a outros Parlamentares aqui também precisam ser muito mais cuidadosas. Vou usar o horário amanhã para revidar, para fazer a réplica devida às falas que no meu contexto, no meu conceito foram extremamente desrespeitosas por parte do Deputado Marcio Nunes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando o voto dos Deputados Delegado Jacovós, Marcio Nunes, Nelson Justus...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Vou votar “sim”. Estou com dificuldades porque eu e o Tião estamos votando na mesma máquina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Plauto Miró e Soldado Adriano José. Votação encerrada: *[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cassiano Caron, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Evandro*

Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cobra Repórter, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Plauto Miró, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tercílio Turini (11 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovadas as Emendas.

ITEM 4 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 79/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 10/2022, que dispõe sobre a estruturação da autarquia Paraná Esporte. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Esportes. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ, sendo a Emenda n.^º 1 na forma da Subemenda. Vamos apreciar neste turno subemenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim” à emenda do nosso Deputado Guerra. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cassiano Caron, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor

Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cobra Repórter, Coronel Lee, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (13 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Subemenda. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto favorável do Deputado Luiz Carlos Martins.)

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, Deputado Luiz Carlos Martins.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Estou tendo dificuldades aqui na minha aparelhagem. O meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos registrar aqui em Ata o voto de V.Ex.^a.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 466/2020, de autoria do Deputado Douglas Fabrício (anexo o Projeto n.^º 454/2021, dos Deputados Delegado Jacovós, Subtenente Everton, Coronel Lee, Rodrigo Estacho, Gilson de Souza, Do Carmo e Boca Aberta Junior), que revoga o art. 2.^º da Lei 20.259, de 15 de julho de 2020. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão Defesa do Consumidor. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara**

Lima, Cassiano Caron, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Del. Jacovós, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Emerson Bacil, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Paulo Litro, Plauto Miró, Soldado Fruet e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 466/2020. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto favorável do Deputado Douglas Fabrício.)

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): *Pela ordem, Presidente. O meu voto não deu certo aqui. Queria que V.Ex.^a considerasse, por gentileza. Voto “sim”. Obrigado.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ok. Registraremos em Ata.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 693/2020, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Tecnologia & Dignidade Humana – I-T&DH, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Item 6. Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cassiano Caron, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Plauto Miró, Reichembach, Soldado Fruet e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 693/2020.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 148/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 823, de 1.^º de dezembro de 1951, da Lei n.º 10.898, de 22 de agosto de 1994, da Lei n.º 12.726, de 29 de novembro de 1999, e da Lei n.º 16.944, de 10 de julho de 2012, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Parecer favorável da Comissão de Finanças. **(Sobre o Projeto:** Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Marcel Micheletto, Tiago Amaral, Tião Medeiros, Paulo Litro e Marcio Nunes; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Marcel Micheletto, Tiago Amaral, Tião Medeiros, Paulo Litro e Marcio Nunes; Emenda de Plenário n.º 3, dos Deputados Marcio Nunes, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Tiago Amaral, Artagão Junior, Francisco Buhrer, Soldado Adriano José, Maria Victória, Anibelli Neto, Tião Medeiro e Cobra Repórter; Emenda de Plenário n.º 4, dos Deputados Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Nelson Justus, Tiago Amaral e Delegado Jacovós; e Emenda de Plenário n.º 5, dos Deputados Arilson Chiorato, Requião Filho, Mabel Canto, Luciana Rafagnin, Goura, Soldado Fruet e Professor Lemos.) **O Projeto recebeu emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 181/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 30/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 18.913, de 7 de dezembro de 2016, cria a função comissionada de confiança do Ipem/PR e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, gostaria de registrar o voto “sim” nesta votação. A máquina não está funcionando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nesta votação. Vamos considerar, Deputada Maria Victória. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cassiano Caron, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Maria Victória, Plauto Miró, Soldado Fruet e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 181/2022**.

181/2022. Quarenta e dois votos “sim”, com o voto da Deputada Maria Victória.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 823/2017, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Hussein Bakri, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [*Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cassiano Caron, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Emerson Bacil, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Plauto Miró, Soldado Fruet e Tercílio Turini (13 Deputados).*] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 823/2017.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 492/2021, de autoria dos Deputados Goura, Boca Aberta Junior, Luciana Rafagnin, Reichembach, Luiz Claudio Romanelli, Dr. Batista e Anibelli Neto, que cria a Lei de Incentivo à Cultura do Bambu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão o Projeto. Com a palavra, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer aqui aos Deputados já mencionados, que são coautores dessa lei: o Deputado Boca Aberta Junior, a Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Reichembach, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Deputado Doutor Batista e Deputado Anibelli Neto. Essa lei, Sr. Presidente e prezados Deputados, surgiu como uma proposta de vinda de uma Audiência Pública, que conduzimos nesta Casa, por provocação, por pedido da Associação Paranaense do Bambu. Aqui, saúdo o Alfredo que acompanha a nossa Sessão Plenária, a votação desse Projeto. Senhor Presidente, com a sua permissão, amanhã, vou discutir o mérito, o encaminhamento, mas só para ficar registrado que estamos instituindo uma lei de incentivo à cultura do bambu, para disseminação do seu cultivo agrícola e a valorização do bambu como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado, por meio de suas múltiplas funcionalidades. Estamos falando da construção civil. Estamos falando da indústria têxtil. Estamos falando da recuperação ambiental, alimentícia e de tantas coisas mais. Então, Sr. Presidente, encaminhamos o voto favorável e amanhã aprofundaremos o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim” também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente Tercílio, o Deputado Goura, *pela ordem?*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Não tive tempo no horário do Pequeno Expediente. Só para concluir o registro que no dia 6 de junho, que estamos, é o *Dia Nacional de Luta contra a Queimadura*. O prédio da Assembleia Legislativa, por meio de requerimento nosso, será iluminado com a cor laranja, para alertar a população sobre o risco desses acidentes. Lembrando de que o Paraná é o terceiro Estado com maior incidência desses acidentes. Estamos falando de 77% de casos que acontecem no ambiente doméstico; 40% com crianças até 10 anos. Então, quero agradecer ao Presidente Traiano, ao Deputado Romanelli e também ao Vini Silvestrini, que é uma vítima de um acidente com queimadura, que pediu, Deputado Romanelli, que a Assembleia fizesse este ato. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados, precisamos votar. Ainda temos vários projetos na pauta. Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cassiano Caron, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Emerson Bacil, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tercílio Turini (18 Deputados).] Com 35

votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 492/2021.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 183/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32/2022, que altera a Lei n.º 20.118, de 19 de dezembro de 2019, a Lei n.º 20.832, de 7 de dezembro de 2021, e a Lei n.º 20.916, de 17 de dezembro de 2021, que autorizaram o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis aos municípios de Alto Paraná, Agudos do Sul e Enéas Marques. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai votar “sim”, hoje, no tocante à constitucionalidade. Amanhã vamos apresentar uma emenda de regulação sobre isso.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Senhores Deputados, ainda estamos necessitando de votos. Estamos com apenas com 33 votos registrados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cassiano Caron, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Plauto Miró, Ricardo Arruda,

Soldado Fruet e Tercílio Turini (17 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 183/2022.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 199/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 763/2022, que altera a Lei n.º 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que reestrutura os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e as carreiras de seus servidores. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luerßen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (36 Deputados);
Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cassiano Caron, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 199/2022.**

ITEM 13 – Discussão Única do Veto Total n.º 6/2022, ao Projeto de Lei n.º 69/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano e Hussein Bakri, que altera a

Lei n.º 20.437, de 17 de dezembro de 2020, que institui a taxa de registro de contrato com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor. Com relatório da CCJ considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão o veto total.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Homero, tem a palavra.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, população que nos assiste, boa tarde. Vou encaminhar para manter o veto. Entendo que o Projeto não é bom para o Estado do Paraná, apesar de ter votado nele, acho que a grande maioria dos Deputados, senão unanimidade, votou a favor dele, mas naquela ocasião não entendi exatamente o Projeto, e parabenizo o Governador, nesse caso acertou plenamente ao ter vetado o Projeto. O Paraná é um dos estados que tem a taxa mais cara para registrar gravame de veículo no Brasil, são R\$ 350,00 para registrar alienação fiduciária ou consórcio de veículo basicamente. A pessoa que compra um automóvel financiado, no contrato, pode ver lá o R\$ 350,00 em uma das linhas do contrato de financiamento. Inclusive houve uma operação policial em relação a esse fato, houve pessoas presas no Detran do Paraná por supostamente terem direcionado a licitação que contratou empresas credenciadas para prestar esse serviço. Desses R\$ 350,00, só R\$ 85,00 ficam com o Estado do Paraná, o restante vai para as empresas particulares que prestam esse serviço. Se não me engano, no ano passado, ou em 2020, votamos aqui uma lei que reduziu essa taxa para R\$ 173,00 e que também disse que o próprio Estado prestaria o serviço por conta própria, sem a necessidade de empresas credenciadas, porque a Celepar desenvolveu um sistema para fazer isso. No entanto, também os senhores se lembrarão de que o Tribunal de Contas barrou essa lei que aprovamos, pelo menos até o final de 2022, porque o Tribunal de Contas entendeu que não

poderíamos ter nos intrometido em contratos com empresas privadas, a partir de um credenciamento, que ainda estava em vigor. Então, até o final de 2022, para algumas empresas antes do final de 2022, o paranaense vai pagar esse valor de R\$ 350,00, mas, a partir do ano que vem, passa a pagar R\$ 173,00. A lei que foi vetada, o Projeto de Lei que foi vetado, dizia que o novo valor seria R\$ 173,00, mas no art. 1º, de forma um pouco não explícita, indica que seria mantido o sistema de credenciamento. Ou seja, a lei que aprovamos aqui indica que é preciso continuar contratando empresas por credenciamento, que significa que elas vão continuar recebendo um valor por um serviço que o Estado pode fazer por conta própria. E qual o valor? O Projeto de Lei também indica a mesma proporção que é praticada hoje em dia, que é cerca de 75% para as empresas e 25% para o Estado do Paraná. Então, não é um Projeto de Lei bom para o Estado do Paraná, para o contribuinte paranaense, que a partir do ano que vem estará livre das empresas credenciadas e poderá pagar apenas R\$ 173,00 para o Estado do Paraná, esse sistema da Celepar. Então, vou encaminhar a favor da manutenção do voto do Sr. Governador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo entende que precisamos manter o voto. Então, faço um apelo aos Deputados da Base para que mantenhamos o voto, votando “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha “não”, para derrubar o voto do Governador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está liberada a Oposição na votação.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Tercílio, meu voto não estou conseguindo registrar aqui, declaro o meu voto “sim”, para manter o veto do Governador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Marcio Nunes. Senhoras e Sr.^s Deputados, alguém mais está com dificuldades? Podemos encerrar? Deputado Michele?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, vou votar “sim”. Estou tentando aqui sabe, mas está duro! Depois da grande defesa do Homero Marchese vou votar “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Francischini, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Emerson Bacil, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (28 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Professor Lemos (5 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cassiano Caron, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (20 Deputados).] Com 28 votos favoráveis e 5 votos contrários, **está aprovado o Veto Total n.^º 6/2022, ao Projeto de Lei n.^º 69/2022. Vinte e nove “sim”, com o voto do Deputado Michele Caputo. (O Sr. Presidente, Deputado Tercílio Turini, registra em Ata o voto favorável do Deputado Marcio Nunes.)**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^o 1691/2022, dos Deputados Anibelli e Tião Medeiros, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, sobre a situação do projeto de pavimentação da PR-405, que dá acesso ao município de Guaraqueçaba. Deputado Marcel Micheletto. Com expediente? **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.^o 1733/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando anexação do Projeto de Lei n.^o 232/2019 ao Projeto de lei n.^o 21/2019, por tratarem de matérias correlatas. Em discussão. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.^o 1756/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.^o 181/2022, da Ordem do Dia. Em discussão. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.^o 1718/2022, do Deputado Coronel Lee, solicitando o registro de menção honrosa aos policiais militares Cabo Leandro Marcondes Teixeira e Soldado Kamila Boschini Ferreira, pelos valorosos préstimos na operação verão 2021/2022; **Requerimento n.^o 1719/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro de menção honrosa à Sociedade Civil Organizada do Paraná – Socipar; **Requerimento n.^o 1720/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Unidade da Polícia Científica de Apucarana, extensível à atual equipe, através de Francine Matias de Paula, Perito Oficial e Chefe da Unidade, com expedição de certificado a cada integrante e servidores premiados; **Requerimento n.^o**

1721/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Diretor do DER/PR, requerendo soluções para utilização da faixa de domínio marginal da BR-369, no trecho que coincide com a entrada das empresas Aesa (Automolas Equipamentos Ltda), Furgão Cambé (Indústria e Comércio de Furgões) e a Facchini (Facchini Implementos Rodoviários S/A), no município de Cambé; **Requerimento n.º 1722/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Senhorita Luiza Pilatti Tavares; **Requerimentos n.ºs 1723 a 1726, 1728, 1729, 1731, 1732, e 1734 a 1736/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa: ao Pastor Elias Ferreira; ao Pastor Elcio José Rocha Scholz; ao Pastor Maredil Santo Machado; ao Pastor Sidnei Félix de Oliveira; ao Pastor Emerson Patriota; Pastor Olivino Cruz dos Santos; ao Pastor Johnson Oracks; à Congregação Colônia Santa Rita; ao Círculo de Oração da União Feminina da Assembleia de Deus de Paranaguá; ao Pastor Daniel Lomba; e ao Pastor João Martins; **Requerimento n.º 1737/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao CTG - Centro de Tradições Gaúchas Vinte de Setembro; **Requerimento n.º 1739/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, requerendo ampliação das vagas nos cargos de cadete policial militar e cadete bombeiro militar da Polícia Militar do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1740/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de voto de congratulações com menção honrosa ao Colégio Estadual Marechal Castelo Branco; **Requerimentos n.ºs 1743 a 1745 e 1747 a 1755/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Jair Antonio dos Santos; Pedro Lourenço Pedroso; Teodosio Szulha; Ana Fernandes dos Reis; Arilda Aparecida de Avila Tavares; Nancy Bernadete Stemmler; Teresa Andrade; Zilda Mendes; Antonio Soares; Carlos Correa Brandt; Valdomiro Rudoil Camargo Pereira; e Serzelina Alves dos Santos; **Requerimento n.º 1746/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Geral do DER/PR,

requerendo a manutenção, reparos e principalmente tapamento nos buracos ao longo da Rodovia PR-151, entre os municípios de Palmeira e São João do Triunfo; **Requerimento n.º 1757/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa à 18.^a Feira Regional de Sementes Crioulas e da Agrobiodiversidade, realizada em Fernandes Pinheiro/PR; **Requerimento n.º 1758/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo melhorias no trecho da PR-092, Km 276,6, entre Siqueira Campos e Wenceslau Braz; **Requerimento n.º 1759/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, requerendo providências urgentes em melhorias no fornecimento de energia elétrica no município de Ventania.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1741/2022**, do Deputado Coronel Lee e da Deputada Mabel Canto, requerendo a inclusão da Deputada Mabel Canto como coautora do Projeto de Lei n.º 276/2019, de autoria do Deputado Coronel Lee.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1727/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 22 de agosto de 2022, para ouvir a Sr.^a Renata Campos Mendonça, Conselheira Presidente do CRP/PR, que disporá sobre os 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil; **Requerimento n.º 1730/2022**, dos Deputados Soldado Adriano José e Tião Medeiros, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 11 de julho de 2022, para a entrega de menções honrosas às autoridades responsáveis pela Segurança Pública do Estado do Paraná.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1716/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1717/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de maio de 2022.

Deferidos conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1738/2022**, do Deputado Coronel Lee, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 6 a 8 de junho de 2022; **Requerimento n.º 1742/2022**, do Deputado Soldado Fruet, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 6 a 11 de junho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 7 de junho de 2022, à hora e regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 492/2021, 183/2022 e 199/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 362/2016, 763/2021, 200/2022, 208/2022 e 209/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17:36, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)